

Fortaleza, 11 de setembro de 2025.

À  
**COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC**  
Fortaleza - Ceará

Senhores Conselheiros e Diretores,

Estamos apresentando à V.Sas. o Relatório dos Auditores Independentes, relativo ao 2º trimestre de 2025, desta Companhia.

A Auditoria foi realizada de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON e Legislação Vigente.

O relatório abrange os principais aspectos dos registros contábeis, referente ao 2º trimestre de 2025, dos controles internos e legislação aplicável à atividade. As recomendações, porventura propostas, têm por objetivo colaborar no aperfeiçoamento das práticas contábeis e dos controles internos.

Atenciosamente,

Audiplac Auditoria e Assessoria Contábil S/S.  
CRC-CE-000282/O-9

**COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIOS ENCERRADOS EM 30.06.2025:**

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração do valor Adicionado
- Notas Explicativas
- Relatório Circunstanciado
- Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis



**Demonstrações Financeiras - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(Em milhares de reais)

ATIVO		30/06/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE		<u>71.524</u>	<u>70.587</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Nota 4	<u>62.935</u>	<u>62.552</u>
Caixa e Bancos		12	-
Aplicações de Liquidez Imediata		62.923	62.552
CONTAS A RECEBER		<u>6.050</u>	<u>6.196</u>
Clientes	Nota 5	5.030	5.557
Servidores a Disposição		35	26
Adiantamentos a Empregados	Nota 6	905	465
Adiantamentos a Empresas	Nota 7	80	148
TRIBUTOS A RECUPERAR	Nota 8	2.056	1.658
ESTOQUES		93	73
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		390	108
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>385.371</u>	<u>387.397</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	Nota 9	<u>137.215</u>	<u>135.211</u>
Depósitos e Cauções Judiciais	Nota 9 a	967	941
Clientes	Nota 9 b	585	675
Créditos a Receber	Nota 9 c	135.663	133.595
INVESTIMENTOS	Nota 10	<u>4</u>	<u>4</u>
IMOBILIZADO	Nota 11	<u>248.017</u>	<u>252.012</u>
INTANGÍVEL	Nota 12	<u>135</u>	<u>170</u>
ATIVO COMPENSADO			
Convênio CVT	Nota 25	<u>1.237</u>	<u>1.237</u>
<b>TOTAL</b>		<b><u>458.132</u></b>	<b><u>459.221</u></b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)



**Demonstrações Financeiras - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(Em milhares de reais)

<b>PASSIVO</b>		<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>19.783</b>	<b>23.481</b>
Fornecedores	Nota 13	1.241	2.477
Obrigações Trabalhistas	Nota 14	4.495	3.271
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	Nota 15	1.786	2.022
PORTUS - RTSA	Nota 16	630	729
PORTUS - Termo de Compromisso Dívida	Nota 17 a	2.465	2.008
Provisões	Nota 18	3.429	2.203
Credores Diversos	Nota 19	4.844	5.243
Dividendos a Pagar		0	4.469
Depósitos Contribuições e Consignações		321	517
Convênios	Nota 20	14	14
Ações Judiciais	Nota 21	511	484
Receitas Diferidas	Nota 22 a	47	44
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>61.742</b>	<b>58.198</b>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>61.742</b>	<b>58.198</b>
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	Nota 15 a	11.676	11.521
PORTUS - RTSA	Nota 16	273	509
Créditos para futuro aumento de capital	Nota 23	6.202	5.829
PORTUS - Termo de Compromisso Dívida	Nota 17 a	34.309	23.930
PORTUS - Passivo Atuarial	Nota 17 b	0	7.176
Receitas Diferidas	Nota 22 b	9.282	9.233
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>375.370</b>	<b>376.305</b>
Capital Social	Nota 24 a	334.151	334.151
Créditos para aumento de capital	Nota 23	6.411	6.411
Ajuste O.R.A. - Portus	Nota 24 d	8.820	995
Reserva de Lucros	Nota 24 b	32.540	34.748
Prejuízos Acumulados	Nota 24 f	(6.552)	-
<b>PASSIVO COMPENSADO</b>		<b>1.237</b>	<b>1.237</b>
Convênio CVT	Nota 25	1.237	1.237
<b>TOTAL</b>		<b>458.132</b>	<b>459.221</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)





**Demonstrações Financeiras - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

( Em milhares de reais)

		PERÍODOS DE		PERÍODOS DE		ACUMULADO	ACUMULADO
		01/abr/25	01/abr/24	01/abr/25	01/abr/24	01/abr/25	01/abr/24
		A	A	A	A	A	A
		30/jun/25	30/jun/24	30/jun/25	30/jun/24	30/jun/25	31/dez/24
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nota 26	<u>23.097</u>	<u>22.682</u>	<u>45.543</u>	<u>87.335</u>		
CUSTOS DOS SERVIÇOS	Nota 27	<u>(9.856)</u>	<u>(10.988)</u>	<u>(19.830)</u>	<u>(43.894)</u>		
LUCRO BRUTO		<u>13.241</u>	<u>11.694</u>	<u>25.713</u>	<u>43.441</u>		
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		<u>(14.052)</u>	<u>(11.998)</u>	<u>(24.480)</u>	<u>(29.649)</u>		
Despesas Gerais e Administrativas	Nota 28	<u>(11.209)</u>	<u>(10.590)</u>	<u>(21.721)</u>	<u>(40.783)</u>		
Outras Receitas e Despesas Operacionais	Nota 29	<u>(2.843)</u>	<u>(1.408)</u>	<u>(2.759)</u>	<u>11.134</u>		
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		<u>(811)</u>	<u>(304)</u>	<u>1.233</u>	<u>13.792</u>		
Receitas Financeiras	Nota 30 a	2.256	1.349	4.489	6.020		
Despesas Financeiras	Nota 30 b	(1.613)	(1.190)	(3.595)	(4.488)		
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		<u>(168)</u>	<u>(145)</u>	<u>2.127</u>	<u>15.324</u>		
PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA E CSLL		-	-	(59)	(934)		
Impostos Diferidos	Nota 31	-	-	(59)	(800)		
CSLL Corrente	Nota 31	-	-	-	(134)		
LUCRO OU(PREJUÍZO)LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	Nota 24 e	<u>(168)</u>	<u>(145)</u>	<u>2.068</u>	<u>14.390</u>		

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)



**Demonstrações Financeiras - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 30/06/2025**

( Em milhares de reais)

	01/jan/25 a 30/jun/25	01/jan/24 a 31/dez/24
(=) LUCRO DO PERÍODO	<u>2.068</u>	<u>14.390</u>
(+ou -) Outros Resultados Abrangentes	<u>200</u>	<u>9.678</u>
Ajuste de Avaliação Patrimonial Portus - Atuarial	8.820	5.253
Ajuste de Exercícios Anteriores	(8.620)	4.425
(=) RESULTADO ABRANGENTE GERAL	<u>2.268</u>	<u>24.068</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)



Demonstrações Financeiras - 2º Trimestre de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
30 DE JUNHO 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	CRÉD. P/ FUTURO	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE DE	LUCRO(PREJUÍZOS)	TOTAL
			GOVERNO FEDERAL	OUTROS			
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	333.984	167	333.984	167	17.001	-	376.305
Lucro do 1º Trimestre de 2025 nota 24 e						2.236	2.236
Aumento Capital com créditos para futuro aumento de cap							-
Ajustes de Avaliação Portus - O. R. Abrangentes Nota 24 d							1.282
Reserva Especial - Dividendos Obrigatórios Nota 24 b2				(2.208)			(2.208)
Reservas de Lucros - Retenção de Lucros							-
Ajustes de Exercícios Anteriores						387	387
Saldos em 31 de Março de 2025	333.984	167	333.984	167	17.001	2.623	378.002
Prejuízo do 2º Trimestre de 2025 nota 24 e						(188)	(188)
Aumento Capital com créditos para futuro aumento de cap							-
Ajustes de Avaliação Portus - O. R. Abrangentes Nota 24 d						6.543	6.543
Reserva Especial - Dividendos Obrigatórios Nota 24 b2							-
Reservas de Lucros - Retenção de Lucros							-
Ajustes de Exercícios Anteriores Nota 24 c						(9.007)	(9.007)
Saldos em 30 de Junho de 2025	333.984	167	333.984	167	17.001	(6.552)	375.370

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)



**Demonstrações Financeiras - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
2º trimestre de 2025 e 2º trimestre de 2024  
(Em milhares de reais)

	PERÍODO 01/abr/25 A 30/jun/25	PERÍODO 01/abr/24 A 30/jun/24	ACUMULADO 01/jan/25 A 30/jun/25	ACUMULADO 01/jan/24 A 31/dez/24
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(4.721)</b>	<b>351</b>	<b>(1.802)</b>	<b>9.033</b>
Resultado do Exercício	(168)	(145)	2.068	14.390
Despesas/Receitas que não afetam o Caixa	<b>-5.279</b>	<b>4.903</b>	<b>-1.160</b>	<b>15.178</b>
(+) Depreciação/Amortizações	4.082	4.228	8.485	16.742
(-) Ajuste de Depreciação (RTT)	(354)	(388)	(1.025)	(1.564)
(+/-) Baixas Depreciação Bens Leilão	-	-	-	-
(+/-) Outras mutações do Patrimônio Líquido	(9.007)	1.063	(8.620)	-
<b>(+/-) Aumento/Redução do Ativo Circulante</b>	<b>872</b>	<b>607</b>	<b>(555)</b>	<b>6.377</b>
Clientes	556	(776)	545	4.857
Servidores a disposição	10	(3)	(9)	(4)
Adiantamentos a Empregados	(199)	(204)	(439)	(73)
Adiantamentos a Empresas	(80)	-	68	193
Impostos a Recuperar	(122)	1.363	(398)	759
Estoques	(24)	9	(21)	18
Despesas Antecipadas	(96)	(71)	(282)	5
( - ) Provisão para perdas com Clientes	827	289	(19)	622
<b>(+/-) Aumento/Redução dos Ativos e Passivos de Longo Prazo</b>	<b>3.239</b>	<b>(955)</b>	<b>1.541</b>	<b>(22.355)</b>
Depósitos realizáveis a longo prazo	(26)	(3)	(26)	(53)
Clientes	(60)	707	90	707
Créditos a Receber	-	-	(2.068)	(18.448)
Obrigações Fiscais Trabalhistas e Previdenciárias	(143)	-	(81)	1.656
PORTUS - RTSA	-	(135)	-	(546)
Créditos para Futuro Aumento de Capital	200	137	374	572
Portus Termo de Compromisso Dívida	10.474	(215)	10.379	(798)
Provisão Portus	(7.266)	(1.435)	(7.176)	(5.401)
Receita diferida	60	(11)	49	(44)
<b>(+/-) Aumento/Redução do Passivo Circulante</b>	<b>(3.385)</b>	<b>(4.059)</b>	<b>-3.696</b>	<b>(4.557)</b>
Fornecedores	(642)	(280)	(1.236)	608
Obrigações Trabalhistas	385	29	1.224	-702
Credores Diversos	(49)	1.032	(399)	361
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	647	313	123	55
Depósitos Contribuições e Consignações	38	20	(196)	250
Provisões	899	597	1.226	220
PORTUS - Termo de Compromisso Financeiro	-	43	0	179
Dividendos a pagar	(4.604)	(5.813)	-4.469	-5.667
Ações Judiciais	(62)	-	28	139
Receitas Diferidas	3	-	3	0



**Demonstrações Financeiras - 2º Trimestre de 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(1.637)</u>	<u>(1.217)</u>	<u>(3.431)</u>	<u>(5.904)</u>
Aumento/Redução nos Investimentos	-	26	-	25
Aplicações no Imobilizado	(1.637)	(1.241)	(3.431)	(5.929)
Alienação de Imobilizado	-	-	-	-
Baixas no Imobilizado	-	-	-	-
Aplicações no Intangível	-	(2)	-	-
Baixas do Intangível	-	-	-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>6.543</u>	<u>1.500</u>	<u>5.616</u>	<u>9.895</u>
Créditos para Aumento de Capital	-	-	-	-
Integralização de Capital	-	-	-	-
Reserva Especial	-	52	(2.208)	217
(+/-) Ajustes de ORA - Portus	6.543	1.448	7.824	5.253
(-) Provisão Déficit Plano de Pensão - Portus	-	-	-	4.425
AUMENTO/REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>185</u>	<u>634</u>	<u>383</u>	<u>13.024</u>
Saldo no Início do Período	62.750	56.120	62.552	49.528
Saldo no Final do Período	62.935	56.754	62.935	62.552
Variação do Período	<u>185</u>	<u>634</u>	<u>383</u>	<u>13.024</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)





**Demonstrações Financeiras - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
2º trimestre de 2025 e 2º trimestre de 2024  
( Em milhares de reais)

	PERÍODO 01/abr/25 30/jun/25	PERÍODO 01/abr/24 30/jun/24	ACUMULADO 01/jan/25 30/jun/25	ACUMULADO 01/jan/24 31/dez/24
<b>RECEITAS</b>	<b>25.636</b>	<b>25.542</b>	<b>52.632</b>	<b>115.509</b>
Vendas de Serviços	20.904	21.416	41.915	82.703
Arrendamentos operacionais	4.970	5.271	9.244	18.205
Reversão (perdas) de créditos esperados	15	-	19	-
Ganhos (perdas) em alienação de ativos imobilizados	-	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	50	435	2.189	18.914
(-) Cancelamento de Serviços	(303)	(1.580)	(735)	(4.313)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(11.964)</b>	<b>(11.479)</b>	<b>(22.801)</b>	<b>(45.899)</b>
Materias	181	53	251	273
Água	378	310	756	1.692
Energia Elétrica	1.174	1.335	2.731	6.111
Serviços de Terceiros	6.841	7.387	13.269	28.546
Despesas Atuariais	968	905	1.918	3.658
Outros Custos	2.422	1.489	3.876	5.619
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO PRODUZIDO</b>	<b>13.672</b>	<b>14.063</b>	<b>29.831</b>	<b>69.610</b>
Depreciação e Amortização	(3.851)	(3.991)	(7.729)	(15.806)
(-) Ajuste RTT	354	388	730	1.564
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>10.175</b>	<b>10.460</b>	<b>22.832</b>	<b>55.368</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>2.257</b>	<b>1.349</b>	<b>4.489</b>	<b>6.020</b>
Receitas Financeiras	2.257	1.349	4.489	6.020
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>12.432</b>	<b>11.809</b>	<b>27.321</b>	<b>61.388</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>12.432</b>	<b>11.809</b>	<b>27.321</b>	<b>61.388</b>
<b>PESSOAL</b>	<b>8.395</b>	<b>7.837</b>	<b>16.411</b>	<b>29.907</b>
Remuneração Direta	5.089	3.940	9.553	16.912
Benefícios	1.131	2.064	2.564	5.206
Previdência Social	1.383	1.121	2.725	4.877
FGTS	418	356	904	1.425
Honorários da Diretoria	374	356	665	1.487
<b>TRIBUTOS</b>	<b>2.474</b>	<b>2.425</b>	<b>5.036</b>	<b>11.050</b>
Federais	2.474	2.425	4.880	9.394
PIS/COFINS e CSLL Diferidos	-	-	156	1.656
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITALIS DE TERCEIROS</b>	<b>1.731</b>	<b>1.692</b>	<b>3.806</b>	<b>6.041</b>
Despesas Financeiras	1.613	1.190	3.595	4.487
Aluguéis	118	502	211	1.554
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITALIS PRÓPRIOS</b>	<b>(168)</b>	<b>(145)</b>	<b>2.068</b>	<b>14.390</b>
Juros sobre Capital Próprio e dividendos	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-
Lucro Retidos	(168)	(145)	2.068	14.390

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Antônio Erinaldo Freire Malveira  
Contador  
CRC CE-014871/O-2

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Portos e Aeroportos  
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- [www.docasdoceara.com.br](http://www.docasdoceara.com.br)



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

---

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Docas do Ceará – CDC é uma empresa pública, de capital autorizado, constituída através da Resolução CNPVN nº 182.1, de 25/03/1965, nos termos da Lei n.º 4.213, de 14/02/1963 e do Decreto nº 54.046, de 23/07/1964, com a missão de promover o desenvolvimento sócio-econômico da região de sua influência, e em particular do Estado do Ceará, por meio do exercício da função de autoridade portuária e pela promoção das facilidades portuárias para as exportações e importações e o transporte marítimo de cabotagem de mercadorias e turismo. O Governo Federal detém o controle acionário da sociedade com participação de **99,95%** do capital votante.

A CDC é vinculada ao Ministério dos Portos e Aeroportos, sendo o Porto de Fortaleza um dos terminais marítimos mais importantes e estratégicos do País. Sua localização privilegiada à Rua Vicente de Castro, 5601, Cais do Porto (na enseada do Mucuripe, em Fortaleza, Ceará), o mantém em proximidade com os mercados da América do Norte e Europa, permitindo o atendimento a empresas de navegação com linhas regulares destinadas a portos dos Estados Unidos, Canadá, América Central, Europa, África e países do Mercosul, além de itinerários para os demais portos brasileiros através da navegação de cabotagem.

Sua área de influência abrange os estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, estendendo-se também às regiões Norte, Centro-Oeste e ao Vale do São Francisco. No Porto de Fortaleza encontra-se um dos maiores polos trigueiros do país e uma infraestrutura versátil que permite a movimentação de diferentes tipos de mercadorias, divididos em graneis sólidos (grãos, cereais, etc.), graneis líquidos (derivados de petróleo), carga geral solta e containerizada, castanha de caju, cera de carnaúba, metal, tecidos, frutas, trigo, malte, lubrificantes, combustíveis e derivados de petróleo estão entre os principais produtos movimentados pelo Porto.

No 2º trimestre de 2025 foi firmado acordo com Portus Instituto de Seguridade Social, celebrando o Termo de Composição e Ajuste de Dívida –TCD, atribuindo a CDC o montante de R\$ 10.000 (mil), (vide nota 17a).

Destaca-se a importante participação do Porto na economia do Estado do Ceará, contribuindo, sobretudo, com a movimentação de trigo e graneis líquidos que são distribuídos por todo o estado.



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia Docas do Ceará, não mantém, quaisquer obrigações ou responsabilidades assumidas por orientação da União, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, de acordo com a informação da Coordenadoria de Planejamento (CODPLA) através do Comunicado nº 137/2025/CODPLA-CDC/DIRPRE-CDC em 11 de julho de 2025.

Em seguida, alguns indicadores do 2º trimestre de 2025, comparados com os indicadores do 2º trimestre de 2024.

INDICADORES DE EFETIVIDADE				
INDICADOR	UNID/REF	30/06/2025	30/06/2024	VARIAÇÃO % 2025/2024
RETORNO DE CAPITAL	i/1,00	0,006	0,002	205,19%
EFICIÊNCIA OPERACIONAL	%/<60%	45,73	41,36	10,57%
EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	%/<30%	35,75	30,35	17,79%
LIQUIDEZ CORRENTE	i/1,00	3,62	3,57	1,53%
LIQUIDEZ GERAL	i/1,00	2,56	2,36	8,27%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	%/>30%	24,27	24,53	-1,07%

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações da Companhia Docas do Ceará foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.





**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

---

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Incluem os saldos de caixa, bancos/conta movimento e títulos vinculados ao mercado aberto (Aplicação Financeira), distribuídos em fundo de renda fixa – curto prazo e fundo de renda fixa – Convênios, registrados ao custo acrescidos dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, calculados de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras. No que se refere ao fundo de renda fixa – Convênios são recursos do Governo para repasse, cuja contrapartida encontra-se registrada no Passivo Circulante.

**b) Contas a Receber de Usuários**

Estão incluídos os serviços faturados, mediante as tabelas de faturamento vigentes no Porto de Fortaleza.

**c) (-) Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa**

Com base nos relatórios emitidos pelo setor de cobrança da Coordenadoria Financeira, utilizando os parâmetros da Lei 9.430/96 (at.9º) e Lei 13.097/2015, no 2º. Trimestre, procedeu-se a provisão de perdas estimadas no valor de R\$ 827 (mil). **Vide Nota Explicativa 5.**

**d) Estoques**

Estão avaliados pelo custo médio de aquisição e correspondem a bens em almoxarifado, como materiais de consumo e limpeza, de expediente, peças e equipamentos de informática.

**e) Investimentos**

Estão demonstrados tendo como base o valor de mercado da cota.

**f) Imobilizado**

Os bens móveis e imóveis, com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da depreciação, amortização e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*). Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – redução ao valor Recuperável de Ativos, a Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado.



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

---

**g) Intangível**

Compreende a aquisição de *software*, contabilizado pelo seu custo de aquisição, com amortização prevista de 20% a.a. e a redução ao valor recuperável, acumuladas.

**h) Passivos**

Reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou quando constituída como resultado de um evento passado.

**i) Benefícios a empregados**

A CDC é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, o qual está estruturado na modalidade de benefício definido. Referido plano é baseado no pagamento de contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção, pela Companhia e pelos empregados participantes do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, referente ao plano, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos.

A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes, partindo da utilização de método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se das taxas de juros que condizem com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes, no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.





**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

**j) Apuração dos Resultados**

As receitas e as despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional estão relacionados a seguir:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30/06/2025	31/12/2024
Caixa/Bancos	12	0
Aplicação - BB - Fundo de Renda Fixa	62.923	62.552
<b>Total</b>	<b>62.935</b>	<b>62.552</b>

Ressalta-se que dos recursos disponíveis em 30/06/2025, R\$ 4.981 (mil) são recursos provenientes da União, registrados no Banco do Brasil- agência 08-6- c/c 26.003-7 (Conta corrente e Aplicação) e R\$ 11.245 (mil) são destinados para execução de obras de melhorias na área do Porto Organizado (MUC 01), conforme definido no contrato de arrendamento TERGRAN.

**5. CLIENTES**

CLIENTES	30/06/2025	31/12/2024
Contas a Receber de Usuários	6.677	7.222
Engemon	32	32
(-) Perdas Estimadas com Crédito de liquidação Duvidosa.	-1.679	-1.697
<b>Total</b>	<b>5.030</b>	<b>5.557</b>

No que se refere aos Clientes, no 2º. Trimestre 2025, apresentou uma redução de R\$ 527 (mil) em relação ao exercício anterior.

Conforme relatório de cobrança, no 2º trimestre de 2025, a companhia apresentou um acréscimo de R\$ 827 (mil) na provisão para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa.

**6. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS**

Contempla os valores adiantados aos empregados da CDC, conforme abaixo:



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Adiantamentos de Salários	24	31
Empréstimos de Férias	129	117
Adiantamentos de Férias	231	270
Adiantamentos de 13º Salário	479	47
Adto Gratificação Natalina-Diretores	42	0
<b>Total</b>	<b>905</b>	<b>465</b>

**7. ADIANTAMENTOS A EMPRESAS**

<b>ADIANTAMENTOS A EMPRESAS</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
AD – CRIART Serviços de Terceirização Ltda.	80	148
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>148</b>

No exercício de 2024, os saldos das contas das empresas: Somos Capital Humano e WN Serviços, foram transferidos para o grupo realizável a longo prazo. (Vide nota 9 c.2)

**8. TRIBUTOS A RECUPERAR**

A Companhia possui valores de natureza tributária, passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, como por meio de ressarcimento ou de simples dedução. São créditos tributários decorrentes de IR sobre aplicações financeiras, resgates de depósitos judiciais, retenções s/ serviços prestados e recolhimentos por estimativa de contribuição social e saldos negativos de IRPJ e CSLL do exercício de 2025 ano base 2024. Segue a discriminação:

<b>TRIBUTOS A RECUPERAR</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
CSLL Estimativas	112	0
IRRF S/Rendimentos Financeiros	795	0
CSLL Retida -Lei 10.833	143	0
DARF indevido ou a maior	1	1
IRPJ Saldo Negativo Exérc. 2025 ano 2024	551	1.235
CSLL Saldo Negativo Exérc. 2025 ano 2024	454	422
<b>Total</b>	<b>2.056</b>	<b>1.658</b>



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

Não houve recolhimento por estimativa do IRPJ, devido ao reconhecimento de imunidade conforme processo judicial nº 082235-69.2023.4.05.8100, transitado em julgado a favor da Companhia Docas do Ceará.

**9. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

**a) Depósitos Judiciais**

<b>DEPÓSITOS E CAUÇÕES JUDICIAIS</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Trabalhistas Recursais	661	635
Depósitos Consignações	306	306
<b>Total</b>	<b>967</b>	<b>941</b>

Trata-se de depósitos judiciais provenientes, de Reclamações Trabalhistas e da União Federal contra Companhia Docas do Ceará. No 2º trim/2025.

**b) Clientes**

<b>CLIENTES - LONGO PRAZO</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Tergran (Arrendamento Leilão Muc)	450	600
ABA Infraestrutura (Arrendamento Leilão TMP)	75	75
TERMAP Fortaleza S/A	60	0
<b>Total</b>	<b>585</b>	<b>675</b>

A companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundo de processos licitatórios, de áreas dentro do porto organizado com as empresas TERGRAN; ABA Infraestrutura e TERMAP. Em 02/01/2025 recebemos a segunda parcela outorga referente ao contrato Tergran nº 001/2024, no valor de R\$ 150 (mil). Em 15/04/2025, conforme Contrato 03/2024, processo nº 00045.0012110/2014-11, iniciamos o arrendamento com a empresa TERMAP no valor de R\$ 75 (mil), tendo recebido em 16/04/2025 a primeira parcela conforme cláusula 9.2.3.

**c) Créditos a receber**

**c.1) Créditos a receber**





**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Processo Nº 0011097-11.2007.8.06.0001	9.517	9.517
Processo Nº 0812093-66.2019.4.05.8100	92.688	90.620
Processo Nº 0189190-44.2017.8.06.0001	21.782	21.782
Processo Nº.0000972-34.2018.8.06.0086	11.335	11.335
<b>Total</b>	<b>135.322</b>	<b>133.254</b>

Em 31/03/2025, efetuamos a atualização do processo ISS Nº 0812093-66.2019.4.05.8100, conforme extrato demonstrativo de cálculo do Tribunal Regional Federal da Quinta Região pelo índice correção SELIC no valor de R\$ 2.068 (mil). No 2º trimestre de 2025 não houve movimentação.

c.2) Adiantamento a empresas

<b>ADTO A EMPRESAS L.PRAZO</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Adto Somo Capital Humano Serv. Locação	82	82
Adto WN Serviço de Vigilância Armada	259	259
<b>Total</b>	<b>341</b>	<b>341</b>

A empresa Somos Capital Humano Serv. Locação, encontra-se em Processo Judicial nº.0812121-63.2021.4.05.8100, com prognóstico "2-Possível", e WN Serviços de Vigilância Armada e cobrado por meio do processo de execução autuado sob nº. 0808833-05.2024.4.05.8100S, em trâmite na 7ª Vara Federal.

## 10. INVESTIMENTOS

Os investimentos foram avaliados tendo como base o valor de mercado da cota, conforme saldos abaixo:

<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
BNDES	4	4
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>4</b>

Não houve alteração.



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

**11. IMOBILIZADO**

O Ativo Imobilizado da CDC é composto, conforme discriminação a seguir:

<b>IMOBILIZADO</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Bens Móveis	17.974	17.541
Bens Imóveis	156.575	155.518
Imobilizado em Andamento	6.597	4.656
Imobilizado TMP	238.836	238.836
Imobilizado - Convênio CVT	528	528
Imobilizado - Convênio DNIT	959	959
Imobilizado - Convênio		
Monitoramento	0	0
Redução ao Valor Recuperável	-12	-12
Depreciação Acumulada	-173.440	-166.014
<b>Total</b>	<b>248.017</b>	<b>252.012</b>

Conforme o laudo dos avaliadores independentes; referente ao exercício de 2018, foram sugeridas as taxas de depreciação para os bens do Ativo Imobilizado, considerando a sua vida útil. Registrados nos sistemas de Contabilidade e Patrimônio no exercício de 2019, a saber:

<b>BENS IMOBILIZADO</b>	<b>Taxa de Depreciação Anual</b>	<b>Prazo de Vida Estimada- Anos</b>
Edificações	4%	25
Máquinas, Móveis, aparelhos, Ferramentas e Equipamentos	10%	10
Instalações	10%	10
Biblioteca	10%	10
Veículos	20%	5
Equipamentos para Computação Eletrônica	20%	5
Instalações de Produção e Distribuição de Energia Elétrica	20%	5

Em 02 de julho de 2025, conforme comunicado nº 252/2025/COADMI-CDC/DIAFIN-CDC, SEI nº 9932628, informou que o processo para contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de elaboração de laudo de avaliação e teste de recuperabilidade de ativos nº 50900.000764/2024-13, encontra-se na CODJUR para emissão do parecer quanto à homologação do resultado do certame.





**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

No 2º trimestre de 2025, destaca-se as seguintes movimentações:

- Aquisição de lavadora de roupas no valor total de R\$ 3 (mil);
- Aquisição de Câmeras para monitoramento no valor de R\$ 36 (mil);
- Imobilizados em andamento no valor total de R\$ 1.598(mil).

Demonstrado no quadro de movimentações do Imobilizado, a seguir:

QUADRO DE MOVIMENTAÇÕES								
Descrição	Custo de Aquisição 31/03/2025	Adições	Baixa Deprec. Bens Leilão	Deprec 2º Trím/2025	Deprec; Acumulada	Provisão de Perda ao Valor Recuperável	Imobilizado Líquido 30/06/2025	
Edificações	14.306	0	0	0	-143	-9.080	0	5.083
Arruamentos e Áreas Pavimentadas	24.024	0	0	0	-258	-4.886	0	18.880
Cais e Anexos Fixos	67.956	0	0	0	-735	-44.810	0	22.411
Móveis e Utensílios	803	3	0	0	-7	-634	0	165
Máquinas e equip. Equip; de Informática	9.768	0	0	0	-323	-8.034	0	1.411
Veículos	1.824	0	0	0	-59	-1.179	0	586
Pier Petroleroiro	145	0	0	0	0	-145	0	0
Moderno Sistema de Gravação de CFTV	14.086	0	0	0	-155	-7.949	0	5.982
Sistema de Gravação OCR	1.765	36	0	0	-46	-1.455	0	300
Instalações de prod. Distrib.	590	0	0	0	0	-590	0	0
Energia elétrica	16.815	0	0	0	-242	-13.604	0	2.969
Imobilizado TMP	238.836	0	0	0	-3.314	-81.954	0	153.568
Imob.em andam.	4.999	1.598	0	0	0	0	0	6.597
Redução ao Valor Recuperável	-12	0	0	0	0	0	0	-12
(-)Depreciação fiscal	0	0	0	0	477	13.359	0	13.836
Outras imobilizações	23.915	0	0	0	-150	-7.524	0	16.241
<b>Total</b>	<b>419.820</b>	<b>1.637</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-4.955</b>	<b>-168.485</b>	<b>0</b>	<b>248.017</b>

Quanto a depreciação, no 2º trimestre de 2025, resultou em R\$ 4.955 (mil), sendo R\$ 5.432 (mil) de despesas de depreciação e R\$ 477 (mil) de ajuste devedor da depreciação (RTT).



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

**12. INTANGÍVEL**

Compreende a aquisição de *software*, contabilizado pelo seu custo de aquisição, com amortização prevista de 20% a.a. e vida útil estimada de 5 anos, cujo impacto no 2º trimestre de 2025, foi R\$ 12 (mil).

INTANGÍVEL	30/06/2025	31/12/2024
Intangível	8.045	8.045
Amortização	-7.909	-7.874
Redução ao Valor Recuperável	-1	-1
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>170</b>

**13. FORNECEDORES**

Trata-se de fornecedores de bens e serviços para a CDC.

FORNECEDORES	30/06/2025	31/12/2024
FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS	1.241	2.477
<b>Total</b>	<b>1.241</b>	<b>2.477</b>

No 2º trimestre de 2025, evidenciam-se como saldos mais relevantes os de R\$ 188 (mil) Pluxee Benefício, R\$ 246 (mil) Empresa Normatel Engenharia Ltda, R\$ 132 (mil) HAP Vida, cujo os pagamentos serão realizados em julho de 2025. Cabe informar que temos contratos com conta vinculada para os fornecedores: Serviarm e MG Construção.

**14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - CURTO PRAZO	30/06/2025	31/12/2024
Salários a pagar	33	51
Rescisões a pagar	41	0
Reclamações Trabalhistas	4.421	3220
<b>Total</b>	<b>4.495</b>	<b>3.271</b>



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

Os valores de salários a pagar, competência de junho/2025, serão pagos no mês subsequente. O saldo de R\$ 4.421 (mil), refere-se ao passivo contingente de natureza trabalhista, cujo prognóstico é de perda provável. (Vide nota explicativa 21.c).

**15. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

São obrigações sociais provisionadas em função de salários e serviços prestados, em junho de 2025, e que apresentaram os seguintes valores:

OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	30/06/2025	31/12/2024
INSS a Recolher	480	520
FGTS a Recolher	122	194
COFINS - Contrib. Social Lei Compl. 70/91	556	290
PIS a Recolher	119	62
ISS Retido na Fonte	82	113
Impostos a Recolher - INSRF 480/04	319	594
INSS Retido S/Serviços Tomados	108	249
<b>Total</b>	<b>1.786</b>	<b>2.022</b>

**15.a. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS – LONGO PRAZO**

**IMPOSTOS FISCAIS DIFERIDOS**

No 1º trimestre de 2025, efetuamos a atualização do Processo nº 08120.93-66.2019.4.05.8100, conforme extrato demonstrativo de cálculo do Tribunal Regional Federal da Quinta Região pelo índice correção SELIC no valor de R\$ 2.068, consequentemente contabilizamos os impostos diferidos.

Não houve alteração no 2º trimestre de 2025.

IMPOSTOS FISCAIS DIFERIDOS	30/06/2025	31/12/2024
CSLL Diferido	7.143	7.085
PIS Diferido	654	640
COFINS Diferido	3.879	3.796
<b>Total</b>	<b>11.676</b>	<b>11.521</b>





**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

**16. PORTUS - RTSA**

<b>CURTO PRAZO</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Portus - IRTS	630	729
<b>LONGO PRAZO</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Portus - IRTS	273	509
<b>TOTAL</b>	<b>903</b>	<b>1.238</b>

A CDC, como uma das patrocinadoras, em 08 de setembro de 2005, confessou e reconheceu, para todos os fins de direito, o valor do compromisso individual decorrente de rateio do montante das contribuições de participantes ativos e assistidos, dívida que em agosto de 2005, perfazia o total de R\$ 6.891 (mil), comprometendo-se a pagar citada dívida em 240 parcelas mensais, inclusive juros de 6% a.a. mais INPC e sem existência de garantia.

**17. PORTUS PASSIVO ATUARIAL**

O PBP1 encontra-se fechado para novas adesões, desde 11 de maio de 2010, bem como vem atravessando uma situação de grave insuficiência patrimonial. Dessa forma, com a finalidade de solucionar a questão, foi ajustado entre os responsáveis pelo custeio do referido plano e a entidade administradora, a adoção de estratégia previdência própria.

Os responsáveis pelo custeio, quais sejam as PATROCINADORAS, dentre elas a CDC e seus participantes ativos, assistidos e auto patrocinados, aprovaram a estratégia previdencial desenvolvida no intuito de viabilizar a solvência do PBP1. A Diretoria Executiva da CDC adotará as providências necessárias para promover a cisão do plano da CDC, no que tange à sua participação no PORTUS.

**17.a) PORTUS – TERMO DE COMPROMISSO DE DÍVIDA-TCD**

Em março de 2025 foi celebrado e assinado um novo termo, com a finalidade de composição e ajuste da dívida já existente,

Por meio deste novo termo, a CDC reconheceu e obrigou-se a pagar ao PORTUS, o montante de R\$ 36.527.072,27 (Trinta e seis milhões, quinhentos e vinte e sete mil, setenta dois reais e vinte e sete centavos).

O pagamento do valor devido pela PATROCINADORA, será financiado em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais e sucessivas, calculadas segundo o sistema *Price* de amortização,



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

incorporando a taxa de juros mensal equivalente a taxa anual de 4,71% (quatro virgula, setenta e um por cento), definida na estratégia previdencial, e acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC sobre o saldo devedor. Após homologado o presente instrumento, fica automaticamente cancelado o Termo de Compromisso Financeiro - TCF, firmado em junho de 2020. Conforme Termo de Conciliação nº.0001/2025/CCAF/CGU/AGU, NUP: 00688.001204/2022-08, que ensejou a celebração do novo Termo de Composição e Ajuste de Dívida –TCD, atribuíveis a cada Patrocinadora, coube o montante de R\$ 10 milhões à CDC.

Deste modo, em 01 de abril de 2025, após acordo assinado com a Portus, a CDC registrou o ajuste do compromisso assumido, passando o montante da dívida de R\$ 26.527 (mil), para R\$ 36.527 (mil), sendo atualizado em junho de 2025, conforme planilha TCD, sistema *Price*, no montante de R\$ 247 (mil), resultando em R\$ 36.774 (mil).

O saldo devedor, em junho/2025, encontra-se evidenciado a seguir:

<b>CURTO PRAZO</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Portus - Termo de Compromisso de Dívida	2.465	2.008
<b>LONGO PRAZO</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Portus - Termo de Compromisso de Dívida	34.309	23.930
<b>TOTAL</b>	<b>36.774</b>	<b>25.938</b>

**17.b) PROVISÃO DO DÉFICIT ATUARIAL**

Para o 2º. trimestre de 2025, o estudo atuarial do plano, realizado pela empresa ROFX PARTNERS CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL LTDA, linha E7, apresentou déficit atuarial no valor de R\$ 36.774.

<b>BENEFÍCIO PÓS EMPREGO</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
PORTUS – Termo de Compromisso Dívida	2.465	2.008
PORTUS – Termo de Compromisso Dívida - LP	34.309	23.930
PORTUS – Passivo Atuarial	0	7.176
<b>TOTAL</b>	<b>36.774</b>	<b>33.114</b>





**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

**17.c) VALOR JUSTO DOS ATIVOS**

O valor justo dos ativos do plano no período está demonstrado a seguir, conforme relatório ROFX PARTNERS CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL LTDA, detalhado na planilha letra B.

**17.d) PREMISSAS ATUARIAIS**

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir, conforme relatório ROFX PARTNERS CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL LTDA, detalhado na planilha letra I.

<b>A. Alteração na obrigação de benefício definido</b>		<b>30/06/2025</b>	<b>31/03/2025</b>
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior		31.349.603	31.615.639
2. Custo do serviço			
a. Custo do serviço atual		-	-
b. Custo do serviço passado			
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano			
3. Custo dos juros		901.583	893.142
4. Fluxos de caixa			
a. Benefício pago pelo plano	-	2.483.000	936.615
b. Benefício pago diretamente pela empresa			
c. Pagamento pelo plano decorrente de liquidação antecipada			
d. Pagamento pela empresa decorrente de liquidação antecipada			
e. Contribuições do participante		424.669	260.891
f. Despesas administrativas incluídas na obrigação			
g. Impostos incluídos na obrigação			
h. Prêmios de seguro para benefícios de risco			
5. Outros eventos significativos			
a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências			
6. Redimensionamento da obrigação		2.076.334	483.455
a. Efeito das mudanças nas premissas demográficas		-	-
b. Efeito de mudanças nas premissas financeiras		919.586	354.715
c. Efeito dos ajustes de experiência		1.156.747	128.740
7. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio			
8. Obrigação de benefício definido no final do ano		32.269.189	31.349.603
<b>B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano</b>		<b>30/06/2025</b>	<b>31/03/2025</b>
1. Valor justo dos ativos do plano no final do ano anterior	-	1.819.846	1.498.544
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	-	65.805	56.838
3. Fluxos de caixa			
a. Contribuições totais do empregador			
(i) Contribuições do empregador		1.690.749	1.092.879
(ii) Pagamentos diretos de benefícios ao empregador			
(iii) Pagamentos diretos de liquidação pelo empregador			



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

b. Contribuições do participante	424.669	260.891
c. Pagamentos de benefícios dos ativos do plano	-	2.483.000
d. Pagamentos de benefícios do empregador	-	936.615
e. Serviços de custo de serviços passados dos ativos do plano		
f. Pagamentos de liquidação de ativos do plano		
g. Pagamentos de liquidação do empregador		
h. Despesas administrativas pagas de ativos do plano		
i. Impostos pagos de ativos do plano		
4. Outros eventos significativos		
a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências		
b. Aumento (redução) devido a combinações de planos		
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		
a. Retorno sobre os ativos do plano (excluindo receita de juros)	17.073.198	681.620
6. Efeito de mudanças nas taxas de câmbio		
7. Valor justo dos ativos do plano no final do ano	14.819.965	1.819.846

<b>C. Alteração dos direitos de reembolso</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/03/2025</b>
1. Direitos de reembolso no final do ano anterior		
2. Redimensionamento do serviço corrente		
3. Ganho / (perda) em liquidações		
4. Receita de juros		
5. Fluxos de caixa		
a. Contribuições do empregador para direitos de reembolso		
b. Reembolsos ao empregador		
6. Outros eventos significativos		
a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências		
b. Aumento (redução) devido a combinações de planos		
7. Redimensionamento do direito reembolsável		
a. Retorno sobre direitos de reembolso (excluindo receita de juros)		
8. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio		
9. Direitos de reembolso no final do ano		

<b>D. Mudança no teto do ativo / passivo oneroso</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/03/2025</b>
1. Teto do ativo / passivo oneroso ao final do exercício anterior		
2. Receita de juros		
3. Redimensionamento		
a. Alteração do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso (deduzido dos juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso)		
4. Efeito de mudanças nas taxas de câmbio		
5. Teto do ativo / passivo oneroso ao final do exercício		

<b>E. Montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/03/2025</b>
1. Obrigação de benefício definido	-32.269.189	-31.349.603
2. Valor justo dos ativos do plano	14.819.965	-1.819.846
3. (Passivo) / Ativo líquido inicial	-17.449.224	-33.169.449





**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Efeito compartilhamento riscos (Passivo Residual) - participantes	-	-
5. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	17.449.223,90	33.169.448,90
6. Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCD)	36.774.106	25.948.173
7. (Passivo) / Ativo líquido Adicional Reconhecido	-36.774.106	-7.221.276
<b>F. Componentes do custo do benefício definido</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/03/2025</b>
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço atual	-	-
b. Custo do serviço de reembolso		
c. Custo do serviço passado		
d. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada		
e. Custo total do serviço	-	-
2. Custo dos juros líquidos		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	901.583	893.142
b. Juros (receita) sobre ativos do plano	65.805	56.838
c. Juros (receita) sobre direitos de reembolso		
d. Despesas com juros sobre efeito de (teto ativo) / passivo oneroso		
e. Custo total de juros líquidos	967.388	949.980
3. Redimensionamento de outros benefícios de longo prazo		
4. Despesa administrativa e imposto (não incluídos no passivo)		
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	967.388	949.980
6. Redimensionamentos (reconhecidos em outros resultados abrangentes)	-541.684	-739.850
a. Efeito das mudanças nas premissas demográficas	-	-
b. Efeito de mudanças nas premissas financeiras	919.586	-354.715
c. Efeito dos ajustes de experiência	1.156.747	-128.740
d. (Retorno) dos ativos do plano (excluindo receita de juros)	-17.073.198	681.620
e. (Retorno) sobre direitos de reembolso (excluindo receita de juros)		
f. Mudanças no teto do ativo / passivo oneroso (excluindo receita de juros)		
g. Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados	-15.538.549	-541.684
7. Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	-14.571.160	408.295
<b>G. Reconciliação líquida do passivo (ativo) de benefício definido</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/03/2025</b>
1. Valor líquido do (passivo) / ativo de benefício definido no final do ano anterior	-33.169.449	-33.114.184
2. Custo do benefício definido incluído no resultado	-967.388	-949.980
3. Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	14.996.864	-198.165
4. Outros eventos significativos		
a. Transferência líquida em / (out) (incluindo o efeito de quaisquer combinações / alienações de negócios)		
b. Quantias reconhecidas devido a combinações de planos		
5. Fluxos de caixa		
a. Contribuições do empregador	1.690.749	1.092.879



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

b. Contribuição relativa a benefício pago diretamente pela empresa

c. Liquidação antecipada paga pela empresa

6. Crédito para reembolsos

7. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio

8. (Passivo) ativo líquido de benefício definido a partir do final do ano	-17.449.224	-33.169.449
---	-------------	-------------

<b>II. Segregação da obrigação de benefício definido</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/03/2025</b>
<b>1. Obrigação de benefício definido pelo status de participante</b>		
a. Ativos	4	4
b. Assistidos em gozo de benefício	212	212
Aposentados	117	117
Pensionistas	95	95
c. Total	216	216

<b>I. Premissas atuariais significativas</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/03/2025</b>
<i>Hipóteses para determinação do obrigação de benefício definido</i>		
Taxa de desconto	10,91%	11,50%
Taxa de crescimento salarial	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento dos benefícios	-3,50%	-3,50%
Taxa de inflação	3,50%	3,50%
Rotatividade	N/A	N/A
Mortalidade de inválidos	Winklevoss desagravada em 20%	Winklevoss desagravada em 20%
Entrada em aposentadoria	N/A	N/A
Hipóteses de mortalidade pré-aposentadoria	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina
Hipóteses de mortalidade pós-aposentadoria	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina
Duration (em anos)	7,85	7,85
Entrada em invalidez	Grupo Americana desagravada em 20%	Grupo Americana desagravada em 20%
Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

<b>K. Análise de sensibilidade</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/03/2025</b>
<i>Valor presente da obrigação de benefício definido</i>		
Taxa de desconto - 25 pontos base	32.785.496	31.726.712
Taxa de desconto + 25 pontos base	31.733.521	30.826.398
<i>% de impacto na obrigação de benefício definido</i>		
Taxa de desconto - 25 pontos base	1,60%	1,20%
Taxa de desconto + 25 pontos base	-1,66%	-1,67%
<i>Alteração na tábua de mortalidade</i>		
Agravada em 10%	31.849.690	30.760.750
Desagravada em 10%	32.753.227	31.829.873
<i>% do impacto da tábua de mortalidade</i>		
Agravada em 10%	-1,30%	-1,88%
Desagravada em 10%	1,50%	1,53%





**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

<b>L. Projeção do fluxo de caixa</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/03/2025</b>
Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)	2.483.000	936.615
Contribuições esperadas do empregador - paridade	142.094	128.134
Contribuições esperadas dos participantes	-	-
Contribuições esperadas dos Assistidos - extraordinárias	305.720	260.891
Contribuições esperadas do empregador - paridade (extraordinária)	290.335	249.771
Contribuições esperadas do empregador - TCD	1.008.565	792.633

**18.PROVISÕES**

As provisões para férias e encargos são efetuadas proporcionalmente ao seu período de aquisição, com valores contabilizados até 30 de junho de 2025.

<b>PROVISÕES</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Provisão de Férias	1.855	1.636
Provisão de Encargos Férias	644	567
Provisão 13º Salário	687	0
Provisão de Encargos 13º Salário	243	0
<b>TOTAL</b>	<b>3.429</b>	<b>2.203</b>

**19.CREDORES DIVERSOS**

O grupo de contas refere-se aos recebimentos de créditos provenientes de depósitos caucionados, créditos diversos recebidos de clientes, créditos originários de recebimentos de IPTU e Aforamento, em que os valores mais relevantes serão evidenciados a seguir:

<b>CREDORES DIVERSOS</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Depósitos Caucionados	279	281
Credores Diversos <b>Nota 19.a)</b>	1.738	2.135
Credores Diversos - IPTU <b>Nota 19.b)</b>	1.653	1.653
Credores Diversos - Aforamento	1.174	1.174
<b>TOTAL</b>	<b>4.844</b>	<b>5.243</b>

a) **Créditos diversos**



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

Do montante de R\$ 1.738 (mil) refere-se aos valores recebidos de clientes, para posterior liquidação, por meio de notas de créditos. Em complemento, ressalta-se que, R\$ 238 (mil), refere-se a depósitos não identificados de valores provenientes de contas a receber no período.

**b) Credores Diversos - IPTU**

O valor de R\$ 1.653 (mil) trata-se de IPTU recebido das empresas que possuem áreas arrendadas na Companhia Docas do Ceará, objeto de lide jurídica (processo nº 0011097-11.2007.8.06.0001) junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza. **(Vide nota explicativa 9 c).**

Em dezembro de 2021, iniciou-se o processo de devolução dos valores recebidos a título de ressarcimento de IPTU dos arrendatários, face à procedência da referida ação.

**20. CONVÊNIOS**

CONVÊNIOS	30/06/2025	31/12/2024
CVT Portuário	14	14
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>14</b>

Convênio CVT Portuário, informa que, a prestação de contas foi aprovada e concluída no SIAFI. Quanto à definição da propriedade dos bens adquiridos no Convênio, por meio da manifestação constante no Despacho nº 348/2022/DGMP/SNPTA, de 04 de outubro de 2022, emitido pelo Departamento de Gestão e Modernização Portuária (DGMP), Processo SEI nº. 50900.000751/2022-74, este assim se manifestou:

- a) Quanto à regularização da edificação, uma vez que foi realizada em imóvel da União, a orientação já apresentada pela CGGI no Despacho nº 63/2022/CGPI-SNPTA/CGGI-SNPTA/DGMP/SNPTA e discutida junto à CDC (s.m.j), é medida suficiente e adequada à solução pretendida;
- b) Quanto aos bens móveis, foi sugerido o levantamento do inventário, a incorporação ao acervo patrimonial deste Ministério e, por fim, que seja promovida comissão para avaliação e desfazimento dos bens. Nesta última etapa, poderá ser sugerida a destinação mais adequada, conforma a legislação pertinente.

O processo foi encaminhado para COADMI da CDC, em 25/10/2022, através do Despacho DIAFIN-CDC, para conhecimento e providências.

Conforme comunicado nº 252/2025/COADMI-CDC/DIAFIN-CDC de 02/07/2025 o processo está tramitando na Superintendência de Obras Públicas, última consulta em 07/04/2025, com posição (aguardando análise), não houve movimentação.



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

**21. AÇÕES JUDICIAIS**

No 2º trimestre de 2025, as ações judiciais apresentaram um aumento de 5,58%, conforme abaixo e segregadas de acordo com a respectiva natureza, cujas informações serão tratadas individualmente, conforme demonstrado a seguir:

<b>AÇÕES JUDICIAIS - CURTO PRAZO</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Ações Cíveis (Estaduais) <b>Vide 22.a)</b>	-	0
Ações Federais <b>Vide 22.b)</b>	511	484
Ações Tributárias <b>Vide 22.b)</b>	-	0
<b>TOTAL</b>	<b>511</b>	<b>484</b>

Destaca-se, que, os saldos refletem a posição de 30/06/2025, tendo como base de aferição, os prognósticos emitidos pela Coordenadoria Jurídica da CDC, relativos ao 2º trimestre de 2025. Os quadros a seguir demonstram o montante de ações judiciais, nas quais a empresa figura no Polo Ativo e Passivo, conforme os referidos prognósticos (1- PROVÁVEL, 2 - POSSÍVEL, 3 - REMOTA). Ressalta-se que as devidas contabilizações foram efetuadas de acordo com o disposto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Pelo Princípio contábil da prudência, nas ações em que a CDC figura em polo ativo, as que possuem prognóstico 1, não foram reconhecidas nas demonstrações contábeis, sendo apenas divulgadas em Notas Explicativas, entretanto, serão reconhecidas no momento da sua realização, exceto, os valores evidenciados nas **Notas Explicativas 9.b) e 9.c)**.

Nas ações em que a CDC figura em polo passivo, estas foram provisionadas de acordo com o item 14 do CPC 25, que orienta que uma provisão deverá ser reconhecida quando:

- a) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.





**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

**a) AÇÕES CÍVEIS (Estaduais)**

Trata-se as ações judiciais de natureza cível em que a Companhia figure como parte (Polo Ativo e Polo Passivo), em 30 de junho de 2025. Seguem abaixo, as informações acerca das quantidades dos referidos montantes e prognósticos destas, de acordo com as informações prestadas pela Coordenadoria Jurídica da CDC.

CDC – POLO ATIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	13	1	46.409
	7	2	704
	5	3	335
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>25</b>		<b>47.448</b>

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
( * )	0	1	0
	0	2	0
	0	3	0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>0</b>		<b>0</b>

Do montante das ações estaduais, em que a CDC figura no polo passivo, não consta processos, cujo prognóstico de perda é provável, conforme já evidenciado.

Do montante de ações estaduais, em que a CDC figura no polo ativo, constam os processos no valor de R\$ 135.322 (mil), em que foi deferido um despacho favorável intimando a parte executada para pagar voluntariamente a dívida, cujo prognóstico é provável de êxito, no qual foi efetuado contabilização do ativo contingente (vide nota 9c).

**b) AÇÕES JUDICIAIS FEDERAIS**

Trata-se as ações judiciais de competência da Justiça Federal, em que a Companhia figura como parte (Polo Ativo e Polo Passivo), em 30 de junho de 2025, seguem abaixo, as informações acerca das quantidades, dos referidos montantes e prognósticos destas, de acordo com as informações prestadas pela Coordenadoria Jurídica da CDC.





**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

CDC – POLO ATIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	50	1	118.343
	20	2	3.877
	21	3	1.122
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>91</b>		<b>123.342</b>

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
( * )	11	1	10.313
	10	2	11.594
	22	3	14.374
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>43</b>		<b>36.281</b>

Do montante de R\$ 10.313 (mil) registrado de ações em que a CDC figura no polo passivo, foi provisionado R\$ 511 (mil), sendo que R\$ 9.802 (mil) referente ação do Portus nº 0506373-93.2015.4.02.5101, foi reconhecido e contabilizado de acordo com o termo de conciliação (vide nota 17a).

Não foi provisionado o montante aproximado de R\$ 11.594 (mil), referente às ações federais cujo prognóstico foi possível e, o montante de R\$ 14.374 (mil) cujo prognóstico foi considerado como de possibilidade remota de perda, refere-se, primordialmente, à Ação de Cobrança ajuizada pelo PORTUS, processo nº. 0506373-93.2015.4.02.5101, referente a contribuições extraordinárias devidas pelas patrocinadoras-RTSA.

**c) RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS**

No que se refere às demais Reclamações Trabalhistas em curso, em que a CDC figura em Polo Passivo, seguem as informações emitidas pela Coordenadoria Jurídica, quanto aos prognósticos e os seus respectivos valores.

Os valores informados como Reclamações Trabalhistas, com prognóstico de perda provável encontram-se registrados no grupo de Obrigações Trabalhistas. **(Vide Nota Explicativa 14)**



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	30	1	4.421
	31	2	2.444
	13	3	1.750
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>74</b>		<b>8.615</b>

**22. RECEITAS DIFERIDAS**

A companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundo de processos licitatórios, de áreas dentro do porto organizado com as empresas TERGRAN e ABA Infraestrutura.

No 2º trimestre de 2025, apropriamos R\$ 12 (mil) no curto prazo, referente as três parcelas dos contratos de arrendamentos das empresas listadas abaixo e transferimos o mesmo montante de R\$ 12 (mil) do Passivo Não Circulante para o Passivo Circulante, sendo R\$ 10 (mil) referente ao arrendamento Leilão MUC da arrendatária empresa Tergran, o restante das empresas Aba Infraestrutura e TERMAP, conforme contratos.

**a) Circulante**

RECEITAS DIFERIDAS	30/06/2025	31/12/2024
Tergran (Arrendamento Leilão MUC)	40	40
ABA- Infraestrutura e Logística (Arrendamento Leilão TMP)	4	4
Termap Fortaleza S/A	3	0
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>44</b>

**b) Não Circulante**

RECEITAS DIFERIDAS	30/06/2025	31/12/2024
Tergran (Arrendamento Leilão MUC)	860	880
Tergran - Investimento de melhorias área MUC 01	8.261	8.261
ABA- Infraestrutura e Logística (Arrendamento Leilão TMP)	90	92
Termap Fortaleza S/A	71	0
<b>Total</b>	<b>9.282</b>	<b>9.233</b>



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

**23. CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)**

O Governo Federal, órgão controlador da sociedade por força de disposições estatutárias e legais, provê recursos para investimentos, no Porto e consequente aumento de capital. Tais recursos, por sua natureza e movimentação, não apresentam características de retratabilidades.

Os valores provenientes de AFAC, que se encontram contabilizados em 30 de junho de 2025, estão demonstrados a seguir:

<b>CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.202</b>	<b>5.829</b>
GOVERNO FEDERAL	6.200	5.827
GOVERNO ESTADO CEARÁ	2	2
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>6.411</b>	<b>6.411</b>
GOVERNO FEDERAL	6.411	6.411
GOVERNO ESTADO CEARÁ	0	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>12.613</b>	<b>12.240</b>

Quanto ao valor registrado no Passivo Não Circulante, do montante de R\$ 6.202 (mil) registrados, R\$ 200 (mil) refere-se à atualização monetária, ocorrida no 2º trimestre de 2025.

**24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social**

O Capital Social Subscrito e Integralizado, está representado por 36.448.641.087 ações, sem valor nominal, sendo 26.912.133.216 ordinárias e 9.536.507.871 preferenciais, ambas as espécies nominativas e de classe única e sem opção de compra. O valor do Capital Social, em 30 de junho de 2025, encontra-se assim distribuído:





**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

ACIONISTAS	TOTAL	PERCENTUAL	TOTAL EM R\$
GOVERNO FEDERAL	36.430.421.136	99,95%	333.983.789,02
GOVERNO ESTADO CEARÁ	18.204.800	0,05%	166.896,47
PREFEITURA DE FORTALEZA	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE MARANGUAPE	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE CAUCAIA	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE CAMOCIM	3.207	0,00%	29,40
PREFEITURA DE ARACATI	2.986	0,00%	27,37
<b>TOTAL</b>	<b>36.448.641.087</b>	<b>100,00%</b>	<b>334.150.824,37</b>

As ações preferenciais não têm direito a voto, são inconversíveis em ações ordinárias e terão prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição de dividendos.

**b) RESERVA DE LUCROS**

Reservas de Lucros	Saldo R\$ (mil)
Saldo Inicial em 31/12/2024	34.748
Pagamento da Reserva Especial (nota 24 b2)	-2.208
<b>Total</b>	<b>32.540</b>

**b.1) RESERVA LEGAL**

Conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve transferir, antes de qualquer destinação, 5% do lucro líquido anual para reserva legal até que o seu valor seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos. Em 31 de março de 2025, o saldo da reserva legal é de R\$ 2.134 (mil), representando 0,64% do capital social da companhia.

**b.2) RESERVA ESPECIAL**

No 1º. trimestre de 2025, após recomendação do STN, aprovada pela ata 58ª AGO e 139ª AGE, foi realizado correção pela taxa SELIC, e efetuado o pagamento na data de 17/03/2025, da referida reserva no valor de R\$ 2.208 (mil).



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

---

**b.3) RESERVA DE LUCROS A REALIZAR**

No exercício de 2023, após constituição das reservas e absorção dos prejuízos acumulados, o valor do lucro líquido do exercício, resultou em R\$ 17.001 (mil). Conforme Ata 58º Assembleia Geral Ordinária (AGO) e 139ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), datada de 30/04/2024, foi decidido que o saldo remanescente dos lucros acumulados, fosse destinado a reserva de lucros.

**b.4) RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS**

No exercício de 2024, após constituição das reservas, o valor do lucro líquido do exercício, resultou em R\$ 13.405 (mil). A Administração submeteu à Assembleia Geral Ordinária, na qual foi favorável à proposta, aprovada em Ata 58º Assembleia Geral Ordinária (AGO) e 139ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), datada de 22/04/2025, sendo o saldo remanescente dos lucros acumulados, destinados a reserva de retenção de lucros.

**c) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

No relatório atuarial, datado de 28/02/2020, a empresa RODARTE, imputou a Companhia Docas do Ceará, o valor de R\$ 45.581 (mil), como passivo líquido, referente ao exercício findo em 31/12/2019. Devido ao débito referir-se ao ano de 2019, a Companhia Docas, em 30 de junho de 2020, reconheceu e contabilizou o referido débito na conta de ajustes de exercícios anteriores, conforme determina o artigo 186 da Lei 6.404/76, parágrafo 1º. Desde o ano de 2019, esse valor é alterado através do estudo atuarial do plano de benefício.

No 2º trimestre de 2025, foi assinado novo Termo de Compromisso de Dívida que, apontou um passivo líquido de R\$ 36.774 (mil), conforme linha E.7 do quadro informado na Nota Explicativa 17.a, conforme abaixo detalhado, resultando o ajuste de R\$ 9.007 (mil).



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

RECONCILIAÇÃO LÍQUIDA DO PASSIVO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	MR\$
Saldo anterior do valor líquido passivo de benefício no final do ano anterior linha g1	(33.170)
Custo do Benefício definido incluído no resultado linha g2	(967)
Redimensionamento obrig. benefício incluído em outros resultados abrangentes linha g3	14.997
Contribuições do Empregador linha g 5a	1.691
Passivo Líquido de benefício definido a partir do final do ano	(17.449)
Contrato de reconhecimento do débito após assinatura Termo de Compromisso de Dívida	36.774

**d) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL**

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um custo total de R\$ 8.820 (mil), relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no grupo do Patrimônio Líquido. No 2º trim/2025, houve a variação de R\$ 6.543 (mil), resultado da diferença entre o 2º trim/2025 e o 1º trim/2025, constante no relatório da ROFX PARTNERS CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL LTDA.

**e) PREJUÍZO DO 2º TRIMESTRE DE 2025**

O resultado econômico acumulado teve uma variação de 16% haja vista que, no 2º trim/2024 o valor do prejuízo foi de R\$ 145 (mil), aumentando no 2º trim/2025 para um prejuízo de R\$ 168 (mil), devido à provisão de devedores duvidosos no montante de R\$ 827(mil).

**f) PREJUÍZOS ACUMULADOS**

O saldo, em 30 de junho de 2025, de PREJUÍZOS ACUMULADOS, ver DMPL, é de R\$ 6.552 mil).

Composição	Saldo R\$ (mil)
Saldo Inicial de 2024	0
Lucro do 1º trimestre de 2025	2.236
Ajuste Exercício anterior	-8.620
Prejuízo do 2º trimestre de 2025	-168
<b>Total</b>	<b>-6.552</b>





**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

**25. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO**

O Ativo/Passivo compensado refere-se à construção do Imobilizado CVT no qual a obra foi feita parte com recursos da Companhia Docas do Ceará e parte com recursos da União. O valor de R\$ 1.237 (mil) refere-se à parte da construção do Imobilizado CVT com recursos da União. Dessa forma, a CDC está aguardando a definição da propriedade dos bens adquiridos. (Vide Nota 20).

**26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

As receitas operacionais da CDC são apresentadas na demonstração do resultado pelo valor deduzido dos impostos e cancelamentos de notas fiscais, conforme quadro abaixo:

RECEITA OPERACIONAL	2º trim 2025	2º trim 2024	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Jun 2025	Acumulado Jan a Dez 2024	VARIAÇÃO
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>25.874</b>	<b>26.687</b>	-3,05%	<b>51.158</b>	<b>100.908</b>	-49,30%
Utiliz. da Infra Est. de Proteção e Acesso Aquaviário	6.352	5.448	16,59%	12.666	22.558	-43,85%
Utilização das Instalações de Acostagem	1.011	1.189	-14,97%	2.162	4.532	-52,29%
Utilização da Infra Estrutura Terrestre	9.877	9.839	0,39%	19.318	40.361	-52,14%
Serviços de Armazenagem	412	122	237,70%	467	549	-14,94%
Serviços Diversos	3.252	4.818	-32,50%	7.301	14.703	-50,34%
Receitas de Aluguéis e Arrendamentos	4.970	5.271	-5,71%	9.244	18.205	-49,22%
(-) Cancelamentos de Serviços	-303	-1.580	-80,82%	-735	-4.313	-82,96%
(-) Impostos Incidentes	-2.474	-2.425	2,02%	-4.880	-9.260	-47,30%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>23.097</b>	<b>22.682</b>	1,83%	<b>45.543</b>	<b>87.335</b>	-47,85%

A Receita Operacional Líquida apresentou um acréscimo de 1,83%, no 2º trimestre de 2025, quando comparada ao mesmo trimestre do exercício anterior. Referido acréscimo justifica-se pelo aumento dos serviços de Utilização da Infra-Estrutura em R\$ 904 (mil), de armazenagem em R\$ 290 (mil) e com à redução dos cancelamentos em 1.277 (mil).

**27.CUSTOS**



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

CUSTOS	2º trim 2025	2º trim 2024	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Jun 2025	Acumulado Jan a Dez 2024	VARIAÇÃO
Custos com Pessoal e Encargos Sociais	3.944	3.032	30,08%	7.668	12.982	-40,93%
Serviços Prestados - Pessoa Física	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	2.189	3.667	-40,31%	4.354	13.346	-67,38%
Materiais Gastos nas Operações	74	11	572,73%	95	133	-28,57%
Custos Gerais	3.649	4.278	-14,70%	7.713	17.433	-55,76%
<b>Total</b>	<b>9.856</b>	<b>10.988</b>	<b>-10,30%</b>	<b>19.830</b>	<b>43.894</b>	<b>-54,82%</b>

No 2º trimestre de 2025, os Custos sofreram um decréscimo de 10,30%, quando comparados aos do mesmo trimestre do exercício anterior.

No grupo de serviços pessoa jurídica reduziu em R\$ 1.478 (mil) e no grupo custos gerais o valor gasto com energia reduziu em R\$ 161 (mil).

Os valores mais relevantes em custos gerais são oriundos de energia elétrica em R\$ 1.174 (mil) e Despesas com Depreciação no valor de R\$ 2.657 (mil).

## 28. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	2º trim 2025	2º trim 2024	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Jun 2025	Acumulado Jan a Dez 2024	VARIAÇÃO
Despesas com Salários e Encargos	4.516	4.843	-6,75%	8.743	17.533	-50,13%
Serviços Prestados - Pessoa Física	110	105	4,76%	226	437	-48,28%
Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	4.542	3.615	25,64%	8.689	14.763	-41,14%
Despesas com Materiais	107	42	154,76%	156	140	11,43%
Despesas Gerais	1.934	1.985	-2,57%	3.907	7.910	-50,61%
<b>Total</b>	<b>11.209</b>	<b>10.590</b>	<b>5,85%</b>	<b>21.721</b>	<b>40.783</b>	<b>-46,74%</b>

No 2º trimestre de 2025, as despesas gerais e administrativas apresentaram um aumento de 5,85%, verificada principalmente em serviços tomados de pessoa jurídica, quando comparados ao 2º trimestre do exercício anterior, justificada, pelos serviços de informática no valor de R\$ 1.252 (mil); das despesas gerais, destaca-se, pela despesa com água e esgoto no valor de R\$ 272 (mil) e depreciação no valor de R\$ 1.183) mil.

## 29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais, no 2º trimestre de 2025, apresentaram um decréscimo de 85,06%, quando comparadas com o mesmo trimestre do exercício anterior, verificada principalmente em receitas eventuais.



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2º trim 2025	2º trim 2024	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Jun 2025	Acumulado Jan a Dez 2024	VARIAÇÃO
Recuperação Valores Baixados Como						
Perdas Em Exercícios Anteriores	14	2	0,00%	34	5	580,00%
Receitas Eventuais	1	421	-99,76%	2	443	-99,55%
Rec de Despesas exerc Anterior	0	0	0,00%	12	77	-84,42%
Receita de Outorga	36	11	227,27%	0	44	-100,00%
Proc. nº.0011097-11.2007.8.06.0001 IPTU	0	0	0,00%	0	3.148	-100,00%
Proc. nº.0189190-44.2017.8.06.0001 De						
Francesco	0	0	0,00%	0	0	100,00%
Proc. nº. 0812093-66.2019.4.05.8100 - ISS	13	0	0,00%	2.068	3.625	-42,95%
Proc. nº. 0000972-34.2018.8.06.0086 -						
Santana Têxtil	0	0	0,00%	72	11.336	0,00%
Reversão prov de Créditos Liquidação						
Duvidosa	1	1	100,00%	1	236	-99,58%
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>435</b>	<b>-85,06%</b>	<b>2.189</b>	<b>18.914</b>	<b>-88,43%</b>

As outras despesas operacionais, no 2º trimestre de 2025, apresentaram um acréscimo de 57,79%, quando comparadas ao mesmo trimestre do exercício de 2024, justificado, principalmente, pelo aumento da provisão de créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 827 (mil).

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	2º trim 2025	2º trim 2024	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Jun 2025	Acumulado Jan a Dez 2024	VARIAÇÃO
Despesas com Ações Judiciais						
(Trabalhistas e Cíveis)	287	138	107,97%	1.307	1.132	15,46%
Despesas de exercícios anteriores		0	0,00%	136	0	0,00%
Despesa Atuarial - Custo Benefício -						
Parcela Assistidos	903	866	4,27%	1.829	3.526	-48,13%
Contribuição Extraordinária PORTUS -						
Assistidos	307	186	65,05%	432	753	-42,63%
Débitos Incobráveis	584	364	100,00%	1.167	891	30,98%
Impostos Diferidos	0	0	0,00%	96	856	-88,79%
Provisão de Créditos para liquidação						
duvidosa	827	289	186,16%	-19	622	-100,00%
<b>Total</b>	<b>2.908</b>	<b>1.843</b>	<b>57,79%</b>	<b>4.948</b>	<b>7.780</b>	<b>-36,40%</b>

### 30.RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

#### a) RECEITAS FINANCEIRAS

No 2º trimestre de 2025, verificou-se um aumento das receitas financeiras, em um percentual de 67,23% em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior, sendo mais expressivo nos rendimentos de aplicação financeira.





**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

RECEITAS FINANCEIRAS	2º trim 2025	2º trim 2024	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Jun 2025	Acumulado Jan a Dez 2024	VARIAÇÃO
Juros s/Atualiz de Demais Direitos de Crédito	1	2	0,00%	33	2	100,00%
Juros de Usuários	50	77	-35,06%	81	557	-85,46%
Rendimentos em Aplicações Financeiras	2.124	1.203	76,56%	4.228	5.327	-20,63%
Juros Atualização Depósitos Judiciais	1	36	-97,22%	1	46	-97,83%
Variações Monetárias de Tributos a Recuperar	79	31	154,84%	145	69	100,00%
Rendimentos em Títulos Públicos		0	0,00%		19	0,00%
Descontos Obtidos	1	0	100,00%	1	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>2.256</b>	<b>1.349</b>	<b>67,23%</b>	<b>4.489</b>	<b>6.020</b>	<b>-25,43%</b>

**b) DESPESAS FINANCEIRAS**

Conforme demonstrado a seguir, no 2º trimestre de 2025, verificou-se um acréscimo nas despesas financeiras em um percentual de 35,55%, em comparação ao mesmo trimestre do exercício de 2024, sendo mais expressiva, as despesas com atualização monetária de demais obrigações contratuais com Portus, em R\$ 1.247 (mil).

DESPESAS FINANCEIRAS	2º trim 2025	2º trim 2024	VARIAÇÃO	Acumula do Jan a Jun 2025	Acumulado Jan a Dez 2024	VARIAÇÃO
Juros sobre atualização de débitos tributários	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Juros sobre atualização de demais obrigações contratuais	1.247	842	48,10%	2.858	3.368	-15,14%
Juros/Multas Atraso Pagamentos	34	0	100,00%	35	6	483,33%
Despesas Bancárias diversas	7	6	16,67%	14	21	-33,33%
Despesas de Variações Monetárias	325	335	-2,99%	688	1.082	-36,41%
Perdas em Aplicações Financeiras	0	7	100,00%		10	100,00%
<b>Total</b>	<b>1.613</b>	<b>1.190</b>	<b>35,55%</b>	<b>3.595</b>	<b>4.487</b>	<b>-19,88%</b>

**31.IMPOSTOS DIFERIDOS E CSLL CORRENTE**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, considerando as alíquotas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras, conforme



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

previsto no Pronunciamento IBRACON NPC 25 e NBC TG 32 (R4). No 1º. Trimestre, a CSLL diferida, resultou no montante de R\$ 60(mil). (Vide nota 15 a).

**32.COBERTURA DE SEGUROS**

A Companhia mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil, visando cobrir eventuais perdas.

**33.REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS**

De acordo com a Resolução CGPAR/ME Nº 30, de 04 de agosto de 2022, seguem as remunerações mensais (Base: março/2024), pagas pela empresa aos seus dirigentes e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios, efetivamente percebidos, abaixo demonstradas:

REMUNERAÇÃO	30/06/2025	31/12/2024
<b>CONSELHEIROS</b>		
Remuneração Média	3	3
<b>DIRETORES</b>		
Maior Remuneração	32	28
Remuneração Média	30	27
Menor Remuneração	30	26
<b>EMPREGADOS</b>		
Quantidade de Empregados	141	114
Maior Remuneração	27	24
Remuneração Média	9	11
Menor Remuneração	3	3
<b>EMPREGADOS -BENEFÍCIOS</b>		
Valor médio global	52	36

**34.PARTES RELACIONADAS**

A CDC possui política de transações com partes relacionadas, em conformidade com o art. 8º, inciso VII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e com o art. 13, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Referida política busca definir regras, no sentido de assegurar que, as decisões que envolvam partes relacionadas, bem como as situações com potencial conflito de interesses, respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações, sempre priorizando os interesses da Companhia,



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

independente da contratante no negócio, aplicando condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, equidade e interesse da companhia, observando as condições de mercado, especialmente no que diz respeito aos prazos, preços e garantias.

Conforme CPC 05, transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

Seguem as partes relacionadas com a CDC:

a) PETROBRAS – É cliente da CDC. Apesar de possuir o controle acionário comum (União), não possui privilégios em relação aos demais clientes, por ser parte relacionada, sendo respeitadas as condições de mercado, especialmente, no que diz respeito a preços, prazos e a transparência.

Demonstração dos valores faturados para a PETROBRAS, no 2º trimestre de 2025, em milhares de reais.

	30/06/2025
FATURAMENTO (Vide Nota 26)	25.874
FATURAMENTO PETROBRAS	7.203
PARTIC. DA PETROBRAS NO FATURAMENTO DA CDC	27,84%

b) OGMO – É cliente da CDC, bem como, também, fornece prestação de serviços à CDC, por meio de um contrato abrangente de valor, com características de *stakeholder* (grupo de interesse).

Demonstração dos valores faturados para o OGMO, no 2º trimestre de 2025, em milhares de reais.

	30/06/2025
FATURAMENTO (Vide Nota 26)	25.874
FATURAMENTO OGMO	25
PARTIC. DO OGMO NO FATURAMENTO DA CDC	0,10%

Demonstração dos valores de serviços prestados pelo OGMO, no 2º trimestre de 2025, em milhares de reais.





**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	30/06/2025
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURÍDICA (Vide Nota 27)	2.189
SERVIÇOS PRESTADOS OGMO	1.035
PARTIC. DO OGMO	47,28%

c) Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – Possui controle acionário comum ( União). É a empresa responsável pela viabilização das publicações legais da CDC, visando atender ao art. 37 caput da CF/1988, aos artigos 146 § 1º e artigo 289 da lei 6.404/76, bem como ao artigo 9º § 3º do Decreto 6.555/2008, tendo em vista a necessidade de publicação das atas da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, em jornais de grande circulação.

Demonstração dos valores de serviços prestados pela EBC, no 2º trimestre de 2025, em milhares de reais.

	30/06/2025
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURÍDICA (Vide Nota 28)	4.542
SERVIÇOS PRESTADOS PELA EBC	157
PARTIC. DA EBC	3,46%

d) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) – É uma empresa pública de capital fechado, que, possui controle acionário comum (União). É a empresa responsável pela realização de serviços postais da CDC. Conforme Estatuto Social, a ECT terá exclusividade na exploração dos serviços de que tratam os incisos I a III do caput do art. 9º da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, conforme inciso X do caput do art. 21 da Constituição.<sup>1</sup>

Demonstração dos valores de serviços prestados pela ECT, no 2º trimestre de 2025, em milhares de reais.

	30/06/2025
DESPESAS GERAIS (Vide Nota 28)	1.934
SERVIÇOS PRESTADOS PELA ECT	0,00
PARTIC. DA ECT	0,00%

<sup>1</sup> Estatuto Social dos Correios. Disponível em: <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/estatuto-dos-correios>. Acesso em: 22 fev. 2024.



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

e) Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) - é uma organização que integra a Administração Pública Federal indireta e atua no modal aquaviário. Foi criada pela Lei nº 10.233 de 2001 e está vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos - MPA. É uma autarquia em regime especial caracterizada pela independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, além de autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira, estas últimas ressaltadas pela publicação da Lei nº 13.848 de 2019, também conhecida como Lei das Agências Reguladoras. Tem por finalidade implementar as políticas formuladas pelo Ministério da Infraestrutura, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos na legislação. Foi criada para regular, supervisionar e fiscalizar as atividades relacionadas à prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura aquaviária e portuária. Abrange os subsetores portuário, de navegação marítima e de apoio e de navegação interior.<sup>2</sup>

Demonstração dos valores faturados para a ANTAQ, no 2º trimestre de 2025, em milhares de reais.

	30/06/2025
FATURAMENTO (Vide Nota 26)	25.874
FATURAMENTO ANTAQ	4
PARTIC. DA ANTAQ NO FATURAMENTO DA CDC	0,02%

f) A ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) é uma autarquia sob regime especial, criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que tem sede e foro no Distrito Federal, e está presente em todo o território nacional, por meio das coordenações de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados. Tendo como finalidade institucional, a promoção da proteção da saúde da população, por intermédio de controle sanitário da produção e do consumo de produtos e de serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos, bem como das tecnologias a eles relacionados, além de controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados. marítima e de apoio e de navegação interior.<sup>3</sup>

Demonstração dos valores faturados para a ANVISA, no 2º Trimestre de 2025, em milhares de reais.

<sup>2</sup> Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. **Competências**. Brasília, 10 mai. 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/antag/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/copy\\_of\\_competencias](https://www.gov.br/antag/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/copy_of_competencias). Acesso em: 22 fev. 2024.

<sup>3</sup> Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Institucional**. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/institucional>. Acesso em: 22 fev. 2024.



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2025
FATURAMENTO (Vide Nota 26)	25.874
FATURAMENTO ANVISA	18
PARTIC. DA ANVISA NO FATURAMENTO DA CDC	0,07%

### 35.INDICADOR GERENCIAL

A Companhia acompanha, além dos indicadores contábeis exigidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS), o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), por entender que este indicador complementa a análise de seu desempenho operacional.

O EBITDA, não é uma medida contábil prevista nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas IFRS/CPC, não devendo ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido, nem comparado de forma padronizada entre companhias.

O EBITDA apresentou resultado positivo nos anos de 2022 a 2024, a saber:

DESCRIÇÃO	2024	2023	2022
EBITDA	27.108	48.863	68.436
(-) Atualização Processos Judiciais	-17.800	-23.305	-43.076
(+) Impostos Diferidos/ganhos de capital	925		320
<b>(=) EBITDA Ajustado</b>	<b>10.233</b>	<b>25.558</b>	<b>25.680</b>

Lúcio Ferreira Gomes  
Diretor Presidente  
Companhia Docas do Ceará

Antônio Erinaldo Freire Malveira  
Contador  
Companhia Docas do Ceará  
CRC CE-014871/O-2



## **RELATÓRIO DE AUDITORIA - FORMA LONGA**

Os dados, comentários e informações, a seguir expostos, são resultantes da nossa auditoria nos registros contábeis referente ao 2º trimestre de 2025, e nos atos e procedimentos administrativos formais que estão previstos e que ocorreram no período analisado.

### **CONTAS PATRIMONIAIS**

#### **ATIVO** **CIRCULANTE**

#### **BANCOS C/ MOVIMENTO**

Descrição	Saldo contábil em 30.06.2025	Saldo extrato em 30.06.2025	Dif.
<b>Bancos - Poupança - Convênios</b>			
- Convênio CVT – AG. 08-6 POUP24.330-2	467,83	467,83	-
<b>Total</b>	<b>467,83</b>	<b>467,83</b>	<b>-</b>

Analizamos a documentação suporte da conta, confrontando os saldos dos balancetes com os saldos dos respectivos extratos bancários, onde constatamos que os mesmos estão em consonância.

#### **APLICAÇÕES DE DISPONIBILIDADES OU LIQUIDEZ IMEDIATA**

Descrição	Saldo contábil em 30.06.2025	Saldo extrato em 30.06.2025	Dif.
Agência nº 08-6 C/C 77.001-9	43.498.317,04	43.498.317,04	-
Agência nº 08-6 C/C 25.873-3	2.450.663,16	2.450.663,16	-
Agência nº 08-6 C/C 26.003-7	4.981.242,26	4.981.242,26	-
Agência nº 8-6 C/C 29188-9	11.245.481,45	11.245.481,45	-
Agência nº 8-6 C/C 28.755-5	409.940,88	409.940,88	-
Agência Nº 08-6 C/C77.001-9 - RENDE FÁCIL	336.980,00	336.980,00	-
<b>Total</b>	<b>62.922.624,79</b>	<b>62.922.624,79</b>	<b>-</b>

Analizamos a documentação suporte da conta, confrontando os saldos dos balancetes com os saldos dos respectivos extratos bancários de aplicação, verificamos as apropriações das receitas financeiras e IRRF, onde não encontramos fatos mercedores de destaque.

**CONTAS A RECEBER**

Descrição	Saldo em 30.06.2025	Nota
Clientes no Mercado Nacional	6.676.444,64	(a)
Clientes Diversos	32.410,80	(b)
(-) Provisão para Perdas	(1.678.644,51)	(c)
<b>Total</b>	<b>5.030.210,93</b>	

**Pontos Identificados:**

- (a) Verificamos as informações presentes nos relatórios dos setores contábil, financeiro e faturamento, confrontamos com as informações contidas nos livros fiscais (ISS Fortaleza), bem como as notas fiscais emitidas, do qual não evidenciamos fatos merecedores de destaque. O saldo apresentado na contabilidade está em consonância com o saldo apresentado pelo Departamento Financeiro, porém o mesmo não foi apresentado de forma analítica, ou seja, por título e data de vencimento. A companhia não disponibilizou *aging list* e/ou relatório financeiro para a validação do referido saldo contábil;

Chamamos atenção para o fato de não haver segregação dos Impostos Federais retidos, relativo às NF's emitidas, cujo imposto foi retido pelo tomador, desta forma, no saldo da rubrica clientes encontra-se incluso o valor dos impostos retidos. Verificamos que a segregação está sendo feita pela contabilidade apenas por ocasião do pagamento dos clientes, cujo lançamento é realizado no último dia do mês;

- (b) Analisamos a movimentação da rubrica e identificamos que a mesma refere-se a parcelamentos de dívidas, concedido ao cliente Engemom Engenharia Industrial, do qual analisamos a documentação comprobatória e não identificamos pontos merecedores de destaque. Ressaltamos para o fato de que, no período em análise, a rubrica "Engemon" não teve movimentação, ou seja, não foram recebidos recursos deste parcelamento no 2º Trim/2025;

- (c) Verificamos que foi constituída a provisão de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, no 2º Trim/2025, onde a mesma foi efetuada através de planilha repassada pelo setor de cobrança da Companhia. Analisamos a mesma e identificamos os seguintes pontos merecedores de destaque:

- A contabilidade possui o controle para fins de baixa para perdas com créditos, de acordo com a IN SRF nº 93/07 (art. 24), reconhecendo estas perdas como valores dedutíveis.



O reconhecimento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) foi feita apenas com base na regra fiscal, não sendo atendido o que dispõe a regra societária, (CPC 48 – IFRS 9), que determina o seguinte:

"5.5.17 A Empresa deve mensurar as perdas de crédito esperadas de instrumento financeiro de modo que reflita: (a) o valor imparcial e ponderado pela probabilidade que seja determinado ao avaliar um intervalo de resultados possíveis; (b) o valor do dinheiro no tempo; e (c) informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, sem custo ou esforço excessivos, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras.

5.5.18 Ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Entidade não precisa, necessariamente, identificar cada cenário possível. Entretanto, ela deve considerar o risco ou a probabilidade de que ocorra uma perda de crédito ao refletir sobre a possibilidade de que essa perda ocorra e sobre a possibilidade de que não ocorra, mesmo se a possibilidade de ocorrência de perda de crédito for muito baixa.

5.5.19 O período máximo a ser considerado ao mensurar perdas de crédito esperadas é o período contratual máximo (incluindo as opções de prorrogação) sobre o qual a Entidade está exposta ao risco de crédito e, não, a um período mais longo, mesmo se esse período mais longo estiver consistente com a prática comercial.

5.5.20 Entretanto, alguns instrumentos financeiros incluem tanto um empréstimo quanto um componente de compromisso não utilizado, e a capacidade contratual da entidade de exigir reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição da Entidade a perdas de crédito para o período de notificação contratual. Para esses instrumentos financeiros, e somente esses, a Entidade deve mensurar as perdas de crédito esperadas ao longo do período durante o qual a Entidade estiver exposta ao risco de crédito e as perdas de crédito esperadas não forem mitigadas por ações de gerenciamento de risco de crédito, mesmo se esse período estender-se além do período contratual máximo."

Chamamos atenção para a "técnica do arrasto" que deve ser adotada pela empresa, para o cálculo da PCLD, que é de perda e provisionamento de todos os créditos atribuídos a um mesmo devedor.

#### Recomendações:

- (a) Que seja verificado junto ao suporte do sistema a disponibilização de um relatório financeiro do "Contas a Receber", de forma analítica, possibilitando a identificação individual dos títulos a receber com suas respectivas datas de vencimento, assim como seja feita a segregação dos impostos retidos da rubrica de Clientes, no momento do registro da Fatura a Receber;



- (b) Que a Companhia envide esforços para a cobrança dos referidos valores;
- (c) Proceder com o reconhecimento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), atendendo o que dispõe a regra fiscal (IN SRF nº 93/07) e regra societária (CPC 48 - IFRS 9).

Comentários da Companhia:

A CODFIN informa que o setor responsável pela contratação do sistema ERP, informa que o Edital para a contratação do ERP já encontra-se publicado desde 27 de junho de 2025 no site de Licitações do Banco do Brasil sob o número 1073501 e esta em fase de propostas. Esta fase vai até o dia 18 de julho de 2025 (<https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/pesquisar-processo-publico/1073501>). Conforme, Comunicado nº 90/2025/CODTEI-CDC/DIEGEP-CDC em 03/07/2025.

Abrangência do Sistema ERP em Contratação

É fundamental destacar que o escopo do ERP em processo de contratação atende integralmente, e vai além, das recomendações de auditoria para a implantação de um sistema automatizado para controle financeiro (contas a receber, contas a pagar), e para o reconhecimento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) em conformidade com o CPC 48 – IFRS 9.

A solução visa a modernização e integração das atividades administrativas e operacionais da CDC.

**TRIBUTOS A RECUPERAR**

Descrição	Saldo em 30.06.2025	Nota
CSLL estimativas	111.984,81	(a)
IRRF s/ rend. financeiros e assemelhados no trimestre	795.411,83	(b)
IRRF – Outras Retenções no trimestre	9,02	
CSLL Retida – Entidade Governamental	142.785,38	(c)
Saldo negativo de IRPJ exercício 2025-2024	550.710,87	(d)
Saldo negativo de CSLL exercício 2025-2024	454.232,09	(d)
Grupo – IRRF	1.397,06	(e)
<b>Total</b>	<b>2.056.531,06</b>	

Pontos Identificados:

- a) Pagamentos realizados referente ao valor da contribuição social apurada no primeiro trimestre/2025, conforme cálculos apresentados pela companhia. Nas análises realizadas não identificamos fatos merecedores de destaque;
- b) Saldo referente a retenções sobre rendimento de aplicações financeiras, ocorridas no período em análise;
- c) Saldo referente a retenções de imposto sobre notas fiscais emitidas, ocorridas no período em análises. Nas análises realizadas não detectamos fatos merecedores de destaque;
- d) Saldo Negativo de IRPJ e CSLL do ano calendário de 2024. Ocorreu movimentação no período, referente a atualização monetária do período em análise;
- e) Saldo referente a retenções ocorridas em períodos anteriores.

**NÃO CIRCULANTE**

**CRÉDITOS A RECEBER**

Descrição	Saldo em 30.06.2025	Notas
Processo Nº 0011097-11.2007.8.06.0001 - IPTU	9.517.188,55	(a)
Processo Nº 0812093-66.2019.4.05.8100 - ISS	92.687.288,44	(b)
Crédito de Francisco PROC.N.0189190-44	21.782.210,32	(c)
Crédito Santana Textil proc. 0000972-34.201	11.335.403,22	(d)
<b>Total</b>	<b>135.322.090,53</b>	

Pontos Identificados:

- a) Verificamos que o saldo desta rubrica refere-se ao Processo Nº 0011097-11.2007.8.06.0001, no qual o mesmo trata-se de uma Ação Ordinária de Repetição de Indébito, aforada pela CDC, em face do requerido, Município de Fortaleza, cuja pretensão do referido processo consistiu na declaração de inexigibilidade de relação jurídico-tributária, com relação ao pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), dos imóveis matriculados na Prefeitura Municipal de Fortaleza, sob os números 186.731-8, 461-446-1, 539.771-5 e 184.834-8;

Conforme comunicado SEI Nº 2/2021/CODJUR-CDC/DIRPRE-CDC, emitido pela Coordenadoria Jurídica da CDC, a ação foi julgada procedente, tendo o juiz decretado a



inexigibilidade de relação jurídico-tributária pleiteada, bem como condenou o Município de Fortaleza à repetição do indébito, com relação ao IPTU lançado e pago dos últimos cinco anos, a contar da interposição da demanda, com aplicação de juros moratórios, contados do trânsito em julgado da sentença (Súmula 188/STJ), bem como da correção monetária pelo INPC/IBGE, a partir dos referidos desembolsos;

O juiz proferiu decisão, em 28/08/2020, em que homologou o valor de R\$ 4.727.213,50, de acordo com o cálculo da contadoria judicial, bem como determinou a expedição de precatório, além de intimar o Município a se manifestar acerca da atualização monetária apresentada pela CDC. Diante do exposto, a Coordenadoria Jurídica da CDC, entendeu que o valor de R\$ 4.727 (mil), é certo quanto ao seu recebimento, o qual se dará por meio de precatório (Fazenda Pública Municipal), restando em discussão, apenas a atualização monetária, tendo em vista que, o cálculo que foi homologado compreendeu a atualização, apenas até março de 2016;

Em 04 de janeiro de 2022 foi emitido o Comunicado nº 4/2022/CODJUR-Contencioso CD C/CODJUR-CDC/DIRPRE-CDC, Assunto: Narração do Processo 0011097-11.2007.8.06.0001 – Prognóstico 1, que comenta que o juiz determinou que os autos fossem remetidos à contadoria para que fossem dirimidas as controvérsias entre os cálculos de atualização apresentados pela CDC e contestados pela Prefeitura no que se refere ao período de março de 2016 a junho de 2020;

Conforme relatório do jurídico, posição em 31.03.2025: Histórico/Atualização: Autos retornaram da contadoria do Forum com débito atualizado no montante de R\$ 9.517.188,55. A Cia peticionou concordando com tal quantia. Após manifestação do Município, os autos restam conclusos para despacho desde 30/07/2024;

Quanto ao reconhecimento do ativo, no montante de R\$ 9.517.188,55, o referido valor foi contabilizado pelo fato do mesmo não se tratar de um ativo contingente, onde conforme determina a NBC TG 25 item 33, traz que quando a realização do ganho é praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado;

- b) Verificamos que o saldo desta rubrica refere-se ao Processo Nº 0812093-66.2019.4.05.8100, cujo mesmo foi ajuizado em outubro de 2007, com pedido de tutela antecipada proposta pela COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ, em face do MUNICÍPIO DE FORTALEZA, processo nº 0812093-66.2019.4.05.8100, objetivando a declaração de exclusão da exigibilidade jurídico tributária cumulada com repetição de indébito em que a autora não seja obrigada a pagar ISSQN, bem como que seja o réu obrigado a restituir à CDC os valores recolhidos indevidamente a esse título, ressalvada a prescrição;



Em novembro de 2019, a ação foi julgada procedente, tendo o juiz decretado a inexigibilidade de relação jurídico-tributária pleiteada, bem como condenou o Município de Fortaleza, a restituir à CDC os valores cobrados e pagos referentes ao referido tributo, dos últimos cinco anos da interposição da presente demanda, a serem apurados quando da liquidação da sentença;

Em setembro de 2021, com a sentença transitada em julgado, a exequente adquiriu o direito a restituição dos valores pagos a título de ISSQN, não alcançados pela prescrição, por todos os serviços portuários que prestou, valores estes que deverão ser corrigidos monetariamente pelos mesmos índices praticados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, ou seja, pela SELIC. O demonstrativo de cálculos para fins de restituição no período de outubro de 2002 a janeiro de 2022, no montante de R\$ 80.041.805,80 (oitenta milhões, quarenta e um mil, oitocentos e cinco reais e oitenta centavos), nos exatos termos fixados à sentença, quantia essa já atualizada, sendo o valor principal de R\$ 36.965.688,66 (trinta e seis milhões, novecentos e sessenta e cinco mil seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta e seis centavos), com atualização do débito pela SELIC, no valor de R\$ 43.076.117,14 (quarenta e três milhões, setenta e seis mil cento e dezessete reais e quatorze centavos);

Com a sentença transitada em julgado, a exequente adquiriu o direito a restituição dos valores pagos a título de ISS, não alcançados pela prescrição, por todos os serviços portuários que prestou, valores estes corrigidos monetariamente pelos mesmos índices praticados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, ou seja, pela SELIC;

Conforme comunicado Nº Comunicado nº 64/2022/CODJUR-CDC/DIRPRE-CDC, emitido pela Coordenadoria Jurídica da CDC, onde a citada coordenadoria ratifica a informação de que o prognóstico "1" indicado para a referida Ação (Processo Judicial nº 0812093-66.2019.4.05.8100), constante no Relatório Federal Requerente (SEI nº 6305649) é adequado, ao passo que a importância indicada (R\$ 80.041.805,80) **é líquida e certa de recebimento**, portanto, passível de ser classificada como "provável", de acordo com as balizas conceituais elencadas no Comunicado nº 227/2022/CODFIN-CDC (SEI nº 6375666). O citado comunicado ressalta ainda, que a constatação de liquidez e certeza do recebimento está alicerçada no fato de que a respectiva Ação nº 0812093-66.2019.4.05.8100 já transitou em julgado, portanto, as fases processuais de conhecimento e execução já foram esgotadas, razão pela qual, inexistente margem para alteração do referido desfecho processual, conforme documentos de evidência acostados ao Relatório (SEI nº 6305649) e demais anexos arrolados à este comunicado (SEI nº 6380515). O valor desta causa foi atualizado conforme Extrato Demonstrativo de Cálculo (Simulação) - Tribunal Regional Federal da Quinta Região, Detalhamento do Valor Corrigido pelo Tribunal, em R\$ 2.067.579,98, perfazendo o montante de R\$ 92.687.288,44;

- c) Verificamos que o saldo desta rubrica refere-se ao Processo Crédito do "De Francesco Alimentos Ltda", PROC.N.0189190-44, no qual trata-se de uma Ação de Rescisão de Contrato de Arrendamento (Cumprimento de Sentença proferida em 26/06/2006, com decisão transitada em julgado), conforme autos do processo disponibilizados e relatório do jurídico da CDC;
- d) Verificamos que o saldo desta rubrica refere-se aos registro na conta contábil, na data de 13.03.2025, pelos valores de R\$ 308.377,38 (valor principal) e R\$ 11.027.025,84 (atualização), perfazendo o montante de R\$ 11.335.403,22, referente ao Processo da "Santana Têxtil", nº 0000972-34.2018.8.06.0086, no qual o mesmo trata-se de 02 (duas) execuções de Título Extrajudicial, os quais foram objeto de embargos a execução, cujas decisões proferidas e já transitadas em julgado apontaram para a certeza, liquidez e exigibilidade da cobrança.

### **IMOBILIZADO**

<b>Descrição</b>	<b>Saldo Balancete em 30.06.2025</b>	<b>Saldo Sistema Patrimonial em 30.06.2025</b>	<b>Diferença</b>	<b>Nota</b>
Bens Móveis	17.973.799,58	17.973.799,58	-	
Bens Imóveis	156.575.485,61	142.490.387,19	14.085.098,42	(a)
Imobilizado em Andamento	6.596.779,16	-	6.596.779,16	
Imobilizado – Convênios	1.486.929,13	-	1.486.929,13	(b)
Imobilizado – TMP	238.836.401,10	238.836.401,10	-	-
Redução a Valor Recuperável	(11.884,89)	-	(11.884,89)	
(-) Dep. Acum. - B. Móveis	(12.861.248,90)	(12.861.248,90)	-	-
(-) Dep. Acum. - B. Imóveis	(89.147.717,80)	(82.464.986,19)	(6.682.731,61)	(c)
(-) Dep. Acum. – RTT	13.836.392,30	-	13.836.392,30	(c)
(-) Dep. Acum. – TMP	(85.267.726,71)	(85.267.726,71)	-	-
<b>Total</b>	<b>248.017.208,58</b>	<b>218.706.626,07</b>	<b>29.310.582,51</b>	

Confrontamos a movimentação contábil com o mapa de apuração do sistema patrimonial, testamos as movimentações realizadas nas contas, por amostragem, onde identificamos os seguintes pontos merecedores de destaque:



Pontos Identificados:

- a) A diferença apresentada entre Contabilidade e Sistema Patrimonial é decorrente de Correção Monetária Especial – Art. 30 da Lei nº 8.200/91, que não está registrada no Sistema Patrimonial, tendo seu controle efetuado através de planilhas de Excel;
- b) A referida diferença é decorrente de bens oriundos de Convênios (CVT, DNIT e Monitoramento Ambiental), cuja destinação dos bens não foi feita pela Conveniente, ficando na posse da Companhia até que seja definida sua destinação. Não houve movimentação da rubrica no período auditado;
- c) Verificamos que a Companhia dispõe de controles paralelos para o cálculo das depreciações decorrentes de Correção Monetária Especial – Art. 30 da Lei nº 8.200/91 e Depreciação com Base na Vida Útil Estimada, em conformidade com o Laudo de Avaliação;
- d) Verificamos que a companhia não efetuou no período em análises, uma avaliação dos bens moveis e imóveis, para saber se o seu valor recuperável era superior ao valor contábil (*Impairment*), assim como também não efetuou teste para definir a vida útil e econômica estimada e o valor residual, para se determinar o valor depreciável e a taxa de depreciação.

Recomendações:

- d) Que seja efetuado uma análise para verificação de indicadores de *impairment* (Redução ao valor recuperável e determinação da vida útil), valor residual, taxa de depreciação e vida útil remanescente. Diante do fato a companhia não atendeu a legislação vigente (NBC TG 01).

Comentários da Companhia:

*A CODFIN, informa que, conforme Comunicado nº 252/2025/COADMI-CDC/DIAFIN-CDC, em 02/07/2025.*

*Referente ao TESTE DE IMPAIRMENT E AVALIAÇÃO DOS BENS DA CDC, Exercício 2025, que o processo encontra-se na CODJUR para emissão de parecer quanto à homologação do resultado do certame, referente à contratação de empresa especializada na elaboração de laudo de Avaliação e teste de recuperabilidade de ativos, SEI Nº 50900.000764/2024-13.*



### INTANGÍVEL

Descrição	Saldo Balancete em 30.06.2025	Saldo Sistema Patrimonial em 30.06.2025	Diferença
Software	8.045.256,18	8.045.256,18	-
(-) Amortização do Intangível	(7.909.188,07)	(7.910.717,35)	1.529,28
Redução a Valor Recuperável	(1.529,28)	(1.529,28)	-
<b>Total</b>	<b>134.538,83</b>	<b>133.009,55</b>	<b>1.529,28</b>

#### Pontos Identificados:

Confrontamos a movimentação contábil com o mapa de apuração do sistema patrimonial, testamos as movimentações realizadas nas contas, por amostragem.

Verificamos que a companhia não efetuou no período em análises, uma avaliação dos softwares, para saber se o seu valor recuperável era superior ao valor contábil (*Impairment*), assim como também não efetuou teste para definir a vida útil e econômica estimada e o valor residual, para se determinar o valor amortizável e a taxa de amortização.

#### Recomendações:

Que seja efetuada uma análise para verificação de indicadores de *impairment* (Redução ao valor recuperável e determinação da vida útil), valor residual, taxa de amortização e vida útil remanescente. Diante do fato a companhia não atendeu a legislação vigente (NBC TG 01).

#### Comentários da Companhia:

*A CODFIN, informa que, conforme Comunicado nº 252/2025/COADMI-CDC/DIAFIN-CDC. em 02/07/2025.*

*Referente ao TESTE DE IMPAIRMENT E AVALIAÇÃO DOS BENS DA CDC, Exercício 2025, que o processo encontra-se na CODJUR para emissão de parecer quanto à homologação do resultado do certame, referente à contratação de empresa especializada na elaboração de laudo de Avaliação e teste de recuperabilidade de ativos, SEI Nº 50900.000764/2024-13.*

**PASSIVO**

**CIRCULANTE**

**FORNECEDORES**

Descrição	Saldo em 30.06.2025
Fornecedores com Contrato	1.241.340,00
<b>Total</b>	<b>1.241.340,00</b>

**Pontos Identificados:**

Analizamos a movimentação ocorrida nesta rubrica, por amostragem, confrontamos com a documentação comprobatória e conciliação apresentada pela contabilidade, do qual chamamos atenção para o fato da Companhia não dispor de um sistema financeiro que demonstre os saldos analíticos dos fornecedores a pagar, assim como a contabilidade, que dispõe apenas de um controle de forma sintética.

**Recomendação:**

Que a Companhia proceda a implementação da recomendação acima mencionada, de forma a aprimorar seus controles internos.

**Comentários da Companhia:**

A CODFIN informa que o setor responsável pela contratação do sistema ERP, informa que o Edital para a contratação do ERP já encontra-se publicado desde 27 de junho de 2025 no site de Licitações do Banco do Brasil sob o número **1073501** e esta em fase de propostas. Esta fase vai até o dia 18 de julho de 2025 (<https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/pesquisar-processo-publico/1073501>). **Conforme, Comunicado nº 90/2025/CODTEI-CDC/DIEGEP-CDC em 03/07/2025.**

**Abrangência do Sistema ERP em Contratação**

É fundamental destacar que o escopo do ERP em processo de contratação **atende integralmente, e vai além**, das recomendações de auditoria para a implantação de um sistema automatizado para controle financeiro (contas a receber, contas a pagar), e para o reconhecimento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) em conformidade com o CPC 48 – IFRS 9.

A solução visa a modernização e integração das atividades administrativas e operacionais da CDC.

### **OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

Descrição	Saldo em 30.06.2025	Nota
Salários a Pagar	32.874,91	(a)
Rescisões a Pagar	40.817,98	
Reclamações Trabalhistas	4.421.457,90	(b)
<b>Total</b>	<b>4.495.150,79</b>	

#### Pontos Identificados:

- Analizamos a movimentação da rubrica, confrontamos o Razão Contábil x Folha de Pagamento, no qual identificamos que ocorreu pagamento parcial da folha competência jun/25, dentro do próprio mês, restando o referido saldo a pagar em jul/2025;
- O saldo apresentado nesta rubrica está em conformidade com os valores contidos no "Relatório CODJUR - emitido em "30/06/2025", com data-base jun/2025, e demais documentos pertinentes, onde identificamos que os mesmos referem-se aos Processos Trabalhistas que estão com prognóstico "Provável de Realização", no qual os mesmos foram provisionados conforme recomenda a Deliberação CVM Nº 489 e o CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

### **OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

Descrição	Saldo em 30.06.2025	Nota
INSS a Recolher	480.267,93	(a)
FGTS a Recolher	122.158,82	(a)
COFINS	556.223,99	(c)
PIS	119.311,76	(c)
ISS Retido na Fonte	81.894,01	(d)
Impostos a Recolher (INSRF 480/04)	318.912,38	(b)
INSS Retido s/ Serv Tomados	107.504,66	(b)
PORTUS RTSA	629.815,68	(e)
PORTUS Termo de Compromisso de Dívida	2.465.139,48	(e)
<b>Total</b>	<b>4.881.228,71</b>	



Pontos Identificados:

- a) Analisamos a movimentação ocorrida nesta rubrica, confrontamos com a folha de pagamento, Obrigações Acessórias e Controles extracontábeis pertinentes, onde não identificamos fatos relevantes merecedores de destaque;
- b) Analisamos a movimentação ocorrida nesta rubrica e não encontramos fatos relevantes merecedores de destaque;
- c) Efetuamos os testes de recálculo, confrontamos as informações contábeis com as Memórias de Cálculo e Obrigações Acessórias (DCTFWeb e EFD CONTRIBUIÇÕES). Nas análises realizadas não detectamos fatos merecedores de destaque;
- d) Saldo confirmado com as informações contábeis e Certificado de encerramento de ISS, do qual não identificamos divergências relevantes merecedoras de destaque;
- e) O saldo da rubrica é referente ao registro contábil, referente aos valores constantes no Termo de Compromisso de Dívida – TCD, celebrado em 12/06/2020, entre a Entidade Administradora (Portus - Instituto de Seguridade Social) e a Cia Docas do Ceará, firmado no intuito de viabilizar a solvência do Plano de Benefícios Previdenciários PORTUS 1 – PBP1, onde conforme estabelecido no citado termo, o mesmo deverá ser liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas fixas mensais e sucessivas, calculadas segundo o sistema Price de amortização, incorporando a taxa de juros mensal, equivalente à taxa anual de 4,81%, definida na estratégia previdencial e acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) sobre o saldo devedor. Analisamos sua devida documentação comprobatória, verificamos os lançamentos efetuados na rubrica, e não identificamos pontos merecedores de destaque. Constatamos que foi aplicada a contabilização da transferência de Saldo do Longo para Curto Prazo, com base no critério da exigibilidade.

**CREDORES DIVERSOS**

Descrição	Saldo em 30.06.2025	Nota
Credores por Depósitos Caucionados	278.465,54	(a)
Credores Diversos	1.738.256,07	(b)
Credores Diversos - IPTU	1.653.018,26	(c)
Credores Diversos - Aforamento	1.174.327,55	(d)
<b>Total</b>	<b>4.844.067,42</b>	

Pontos Identificados:

- a) O saldo apresentado nesta rubrica é decorrente de cauções recebidos de fornecedores, conforme disposto em Cláusula Contratual;
- b) A contabilidade apresentou a conciliação da referida rubrica, do qual, conforme análise da movimentação financeira do período, verificamos que as movimentações são decorrentes de Notas de Crédito, onde as mesmas referem-se a pagamentos efetuados a maior pelos clientes ou cancelamentos de NF's;

Conforme recomendado por esta auditoria, identificamos que na competência de Março/2018, foi efetuada a transferência da rubrica do Ativo "Créditos / Débitos não Identificados" para a rubrica do Passivo "Credores Diversos - Créditos / Débitos não Identificados", no valor de R\$ 1.605.309,37, onde a movimentação da mesma é decorrente principalmente de pagamentos de clientes que não foram baixados.

- c) O saldo da rubrica é decorrente de IPTU's e Aforamentos, recebidos das empresas que possuem áreas arrendadas na Companhia, que estão em processo de lide jurídica. Chamamos atenção para o fato de não existir uma conta poupança específica para cada empresa que realizou o depósito. Chamamos atenção para a alocação destes recursos recebidos, para evitar que a Companhia se aproprie de uma receita financeira que não é dela e quando estes recursos forem pagos ou devolvidos, corrigidos monetariamente, estará incorrendo em uma despesa financeira que também não é dela. O correto seria abrir uma conta bancária específica e que os rendimentos fossem alocados na conta do passivo, até mesmo para ter o controle destes valores atualizados. O saldo da rubrica é decorrente de períodos anteriores.

**AÇÕES JUDICIAIS**

Descrição	Saldo em 30.06.2025
Ações Federais	511.149,02
<b>Total</b>	<b>511.149,02</b>

Pontos Identificados:

Analizamos a movimentação ocorrida nesta rubrica, confrontamos com o "Relatório CODJUR II – emitido em 30/06/2025", com data-base jun/2025, apresentado pelo Departamento Jurídico, referente às Ações Cíveis, Federais e Tributárias, que estão com prognóstico provável de realização e demais documentos pertinentes no qual os mesmos foram provisionados, conforme recomenda a Deliberação CVM Nº 489 e o CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

### **PROVISÕES**

Descrição	Saldo em 30.06.2025
Provisão para 13º Salário	686.885,04
Provisão para Férias	1.855.026,63
Provisão INSS s/Férias	495.292,18
Provisão para FGTS s/ Férias	148.402,06
Provisão para INSS 13º	187.702,76
Provisão para FGTS 13º	55.383,28
<b>Total</b>	<b>3.428.691,95</b>

Confrontamos as movimentações contábeis com as Folhas de Pagamento, Relatórios de Provisões de Férias e 13º Salário, gerados pelo Sistema de Folha de Pagamento, e planilhas específicas, onde não identificamos divergências relevantes merecedoras de destaque.

### **PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

#### **IMPOSTOS FISCAIS DIFERIDOS**

Descrição	Saldo em 30.06.2025
CSLL Diferido	7.143.721,52
Pis Diferido	653.722,97
Cofins Diferido	3.878.802,52
<b>Total</b>	<b>11.676.247,01</b>

A Companhia procedeu a contabilização dos impostos (diferidos) sobre os valores a receber (créditos a receber), contabilizados no Ativo Não Circulante, conforme determina a NBC TG 32 (R4).

### **CRÉDITOS AUMENTO DE CAPITAL - AFAC**

Descrição	Saldo em 30.06.2025
Governo Federal	6.200.289,69
Governo do Estado do Ceará	1.821,37
<b>Total</b>	<b>6.202.111,06</b>



Confrontamos a movimentação do Razão Contábil x Extratos Bancários x Planilha de Controle - AFAC, onde não identificamos pontos merecedores de destaque.

### **PROVISÃO PASSIVO ATUARIAL - PORTUS**

Descrição	Saldo em 30.06.2025	Nota
Provisão Plano de Pensão – Portus	8.819.506,04	(a)
(+/-) Provisão Portus – Remensuração	(8.819.505,67)	(a)
Portus – Termo de Compromisso de Dívida	34.308.966,15	(b)
<b>Total</b>	<b>34.308.966,52</b>	

#### **Pontos Identificados:**

- (a) Analisamos as movimentações ocorridas nas rubricas, onde identificamos que os saldos das mesmas são decorrentes dos déficits técnicos remanescentes do Plano Básico Previdenciário 1 – PBP1, no qual analisamos sua devida documentação comprobatória, e não identificamos pontos merecedores de destaque;
- (b) O saldo da rubrica é referente ao registro contábil, referente aos valores constantes no Termo de Compromisso de Dívida - TCD, celebrado em 12/06/2020, entre a Entidade Administradora (Portus - Instituto de Seguridade Social) e a Cia Docas do Ceará, firmado no intuito de viabilizar a solvência do Plano de Benefícios Previdenciários PORTUS 1 – PBP1, onde conforme estabelecido no citado termo, o mesmo deverá ser liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas fixas mensais e sucessivas, calculadas segundo o sistema Price de amortização, incorporando a taxa de juros mensal, equivalente à taxa anual de 4,81%, definida na estratégia previdencial e, acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) sobre o saldo devedor. Analisamos sua devida documentação comprobatória, verificamos os lançamentos efetuados na rubrica, e não identificamos pontos merecedores de destaque. Constatamos que foi aplicada a contabilização da transferência de Saldo do Longo para Curto Prazo, com base no critério da exigibilidade.

### **RECEITAS DIFERIDAS - ARRENDAMENTOS**

Descrição	Saldo em 30.06.2025	Nota
TERGRAN (Arrendamento Leilão MUC)	870.000,06	(a)
TERGRAN - Investimentos de melhorias	8.261.099,43	(a)
ABA - Infraestrutura	89.666,73	(b)

TERMAP Fortaleza S/A	71.250,00	
<b>Total</b>	<b>9.282.016,22</b>	

Pontos Identificados:

- a) Saldo contabilizado por conta do atendimento das "Obrigações prévias à celebração contratual do arrendamento do MUC01- Porto de Fortaleza", prevista no Edital "Leilão Nº 03/2021-ANTAQ, para o arrendamento de área e infraestrutura pública para a movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais, especialmente trigo em grãos, localizados dentro do porto organizado de Fortaleza, denominado MUC01". O valor de R\$ 8.261.099,43 que foi depositado pela ganhadora (TERGRAN), conforme previsto no edital será investido em obras de melhoria na área do porto organizado. Nas análises realizadas não detectamos fatos merecedores de destaque;
- b) Saldo contabilizado por conta do atendimento das Obrigações iniciais, conforme Leilão Nº 05/2024 – ANTAQ para o arrendamento de área e infraestrutura pública para a movimentação de passageiros e para atividades de entretenimento

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Descrição	Saldo em 30.06.2025
Capital Social	334.150.824,37
Ajuste de Avaliação Patrimonial – PORTUS	8.819.505,67
Reserva de Lucros	32.540.303,75
Créditos para Futuro Aumento de Capital	6.411.449,00
Lucros e Prejuízos	(6.552.138,47)
<b>Total</b>	<b>375.369.944,32</b>

Houve movimentação nas rubricas decorrente de prejuízo do período, no valor total de R\$ 168 (mil), ajuste de avaliação patrimonial – Portus R\$ 6.543 (mil), e R\$ 9.007 (mil) de Ajustes de Exercícios decorrentes da provisão do Plano de Pensão da Portus.

**RECEITA BRUTA**

Contas	Saldo em 30.06.2025
<b>SERVIÇOS PORTUÁRIOS</b>	
Serviços Utilização da Infraestrutura de Prot e Aces Aquav	12.666.229,06

Serviços Utilização das Instalações de Acostagem	2.162.316,23
Serviços Utilização da Infraestrutura Terrestre	19.318.497,78
Serviços de Armazenagem	466.896,86
Serviços Diversos	7.300.885,70
<b>OUTRA RECEITAS OPERACIONAIS</b>	
Aluguéis e Arrendamento	9.243.766,07
<b>Total</b>	<b>51.158.591,70</b>

Analizamos a movimentação ocorrida no período de 2025, por amostragem, confrontamos o Razão Contábil x Relatório de Faturamento, onde identificamos que as informações encontram-se em conformidade.

#### **CUSTOS E DESPESAS**

<b>Contas</b>	<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>Nota</b>
<b>CUSTOS</b>	<b>(19.829.985,78)</b>	
Custos com Pessoal e Encargos Sociais	(7.667.826,01)	(a)
Serviços Pessoas Jurídicas	(4.353.506,31)	(b)
Materiais Gastos nas Operações	(95.435,71)	(b)
Custos Gerais	(7.713.217,75)	(b)
<b>DESPESAS</b>	<b>(20.826.767,02)</b>	
Despesas com Pessoal e Encargos	(8.742.575,71)	(a)
Serviços Pessoa Física	(225.879,66)	(a)
Serviços Pessoa Jurídica	(8.689.238,92)	(b)
Despesas com Materiais	(155.909,21)	(b)
Despesas Gerais	(3.907.360,54)	(b)
Resultados Financeiros Líquidos	894.197,02	(b)
<b>Total</b>	<b>(40.656.752,80)</b>	

#### **Pontos identificados**

- Confrontamos os registros da Contabilidade x Folha de Pagamento x SEFIP/GFIP, por amostragem, onde não identificamos pontos merecedores de destaque;
- As movimentações ocorridas nestas rubricas foram analisadas e confrontadas com as notas fiscais dos fornecedores x registros contábeis, onde não encontramos pontos merecedores de destaque.



### **ANÁLISES REALIZADAS NO RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

A Companhia disponibilizou as suas análises e levantamentos (EBITDA), referente aos exercícios de 2022 a 2024, visando as suas operações principais e sem considerar os impactos de operações financeiras.

Destacamos a seguir o quadro resumo da análise:

<b>Demonstração do Resultado do Exercício - DRE - R\$ Mil</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>ANO 2024</b>	<b>ANO 2023</b>	<b>ANO 2022</b>
Receita Operacional Líquida	87.335	89.785	61.135
(-) Custos dos Serviços	(43.894)	(44.518)	(39.445)
(=) Lucro Bruto	43.441	45.267	21.690
(-) Despesas Gerais e Adm.	(40.783)	(42.245)	(29.463)
(=) Lucro antes das Outras Receitas	2.658	3.022	(7.773)
(+) Outras Receitas	11.134	20.013	80.550
(=) Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	13.792	23.035	72.777
Receitas Financeiras	6.020	7.130	4.485
(-) Despesas Financeiras	(4.488)	(4.563)	(5.462)
(=) Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	15.324	25.602	71.800
Tributos sobre o Lucro	(934)	11.017	(17.944)
<b>(=) Lucro do Exercício</b>	<b>14.390</b>	<b>36.619</b>	<b>53.856</b>

**Nota 1:** Para o cálculo do EBITDA foram excluídos os registros referentes ao montante no período das receitas financeiras, despesas financeiras, despesas de depreciação e amortização, variações monetárias e juros de cada período.

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>ANO 2024</b>	<b>ANO 2023</b>	<b>ANO 2022</b>
<b>EBITDA</b>	<b>27.108</b>	<b>48.864</b>	<b>68.435</b>
(-) Atualizações Processos Judiciais	17.800	23.305	43.076
(+) Impostos Diferidos	(925)	0	(320)
<b>(=) EBITDA Ajustado</b>	<b>10.233</b>	<b>25.559</b>	<b>25.679</b>

O EBITDA apresentado revela que a companhia possui capacidade de geração de caixa operacional com eficiência e capacidade de produtividade do negócio.

**Nota 2:** Para o cálculo do "EBITDA ajustado" foram excluídos os registros referentes a itens não recorrentes de cada período.

Nas análises realizadas não detectamos fatos merecedores de destaque.

Estamos à disposição de V.Sa. para quaisquer esclarecimentos, agradecemos a confiança com que nos distinguiu a Administração e enalteçemos a dedicação demonstrada pelos colaboradores da Companhia.

Atenciosamente,

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos**  
**Conselheiros e Diretores da**  
**Companhia Docas do Ceará**

**Nesta**

Prezados Senhores,

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Ceará, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, demonstração do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Ceará em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação de capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis da administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes

existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Fortaleza, 11 de setembro de 2025.

Audiplac Auditoria e Assessoria Contábil S/S.  
CRC-CE-000282/O-9

**Contador CRC - CE - 4.702/O-6**  
**José Teixeira de Souza Filho**

**Contador CRC - CE - 10.338/O-2**  
**Francisco Euclides Maia de Araujo**